



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0659/15	DATA: 21/05/2015	
LOCAL: Plenário 6 das Comissões	INÍCIO: 09h48min	TÉRMINO: 13h19min	PÁGINAS: 82

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

FERNANDO FERREIRA DE ANUNCIAÇÃO - Presidente da Federação Sindical Nacional dos Servidores Penitenciários — FENASPEN.
JOÃO ALFREDO DE OLIVEIRA - Secretário-Geral do Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo — SIFUSPESP.
RODRIGO FONTOURA DA SILVA - Dirigente da Federação Brasileira dos Servidores Penitenciários — FEBRASP.
ANTÔNIO PEREIRA RAMOS - Presidente do Sindicato dos Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária do Estado de São Paulo — SINDESPE.
DANIEL AGUIAR GRANDOLFO - Presidente do Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária do Estado de São Paulo — SINDASP.
LEANDRO ALLAN VIEIRA - Presidente do Sindicato dos Agentes de Atividades Penitenciárias do Distrito Federal — SINDPEN/DF.
GILSON PIMENTEL BARRETO - Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Penitenciário Paulista — SINDCOP.

SUMÁRIO

Discussão sobre assuntos relacionados ao objeto da CPI.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve falha na exibição de vídeo.
Há oradores não identificados em breves intervenções.
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.
Há palavras ou expressões ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Declaro aberta a 9ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a realidade do sistema carcerário brasileiro.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 8ª Reunião.

Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Sr. Presidente, regimentalmente, eu solicito a V.Exa., para agilidade do procedimento, a dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado.

Dispensada a leitura da ata.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que aprovam a ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Esta reunião de audiência pública foi convocada para discutirmos sobre assuntos relacionados ao objeto da CPI, com a exposição dos Srs. Daniel Aguiar Grandolfo, Presidente do Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária do Estado de São Paulo — SINDASP; Antônio Pereira Ramos, Presidente do Sindicato dos Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária do Estado de São Paulo — SINDESPE; Gilson Pimentel Barreto, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Penitenciário Paulista — SINDCOP; Fernando Ferreira de Anunciação, Presidente da Federação Sindical Nacional dos Servidores Penitenciários — FENASPEN; Rodrigo Fontoura da Silva, Dirigente da Federação Brasileira dos Servidores Penitenciários — FEBRASP; Leandro Allan Vieira, Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Distrito Federal — SINDPEN-DF; e João Alfredo de Oliveira, Secretário-Geral do Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo — SIFUSPESP.

Como só chegaram dois dos sete convidados, nós vamos iniciar ouvindo esses dois, dando tempo para os outros convidados chegarem.

Eu quero lamentar aqui, dizer publicamente que horário é horário. Eu cumpro os meus horários.

Se são convidadas, as pessoas têm que chegar no horário, até mesmo porque os Parlamentares ficam aqui num corre-corre danado e fica difícil se os



Deputados tiverem que ficar esperando os convidados. Se o horário foi marcado e o convidado aceitou o convite, ele teria que estar aqui no horário pré-agendado.

Por isso, vamos dar início à audiência com os dois convidados — agradeço, desde já, o compromisso dos senhores —, para não perdermos tempo.

Então, eu vou convidar para ocupar a mesa o nosso primeiro convidado, o Sr. Fernando Ferreira de Anunciação. Tão logo ele faça a sua exposição, eu chamo o segundo, porque a mesa não comporta a todos. No final, chamarei todos aqui à frente, para que os Parlamentares possam fazer as suas perguntas.

Em virtude da quantidade de convidados, nós vamos infelizmente ter que reduzir o tempo de explanação para 15 minutos, a fim de que todos possam falar e nós não tenhamos que fazer nenhum corte na fala dos nossos convidados. Todos são importantes. Nós precisamos ouvir a todos que têm alguma coisa para nos dizer.

Então, eu convido o nosso primeiro convidado, o Sr. Fernando Ferreira.

O SR. FERNANDO FERREIRA DE ANUNCIAÇÃO - Bom dia, Sr. Presidente.
Em nome de V.Exa., cumprimento a todos os Parlamentares presentes.

Quero agradecer, em nome da Federação Nacional dos Servidores Penitenciários, que representa 20 Estados, primeiramente ao Deputado Major Olimpio, por ter feito o requerimento para que nós participássemos, e também, Sr. Presidente, fazer minhas as suas palavras. Eu acho que horário tem que ser cumprido.

É um momento oportuno para o servidor penitenciário no Brasil. A CPI do Sistema Carcerário, em que nós estamos participando pela segunda vez, eu tenho certeza, irá proporcionar um novo momento para o sistema penitenciário, que hoje está falido.

Então, os representantes classistas do Brasil precisariam estar aqui, no horário marcado, para que pudéssemos dar continuidade aos trabalhos e falar realmente da nossa realidade e dos nossos anseios.

É muito fácil ir à imprensa jogar confete, mas esta hora em que precisamos mostrar a cara, precisamos falar da realidade aqui nesta Casa de Leis, com essa oportunidade tão grandiosa, não poderíamos dispensar.



Então, quero também fazer uma nota de repúdio aos atrasados e ao não comparecimento desses nossos parceiros.

Excelência, hoje, no sistema penitenciário, a nossa situação não é novidade para ninguém. Está aí, no noticiário nacional e no noticiário mundial, o descaso e a falência do sistema penitenciário.

Eu quero dizer a V.Exa. e aos nossos Parlamentares que não é por falta de dedicação e por falta de compromisso do servidor penitenciário que isso se dá. Na verdade, o que tem ocorrido no sistema penitenciário é uma ausência do Estado, principalmente no Nordeste, nas últimas ocorrências. Ali não existe Estado. O estado presente ali é o estado de calamidade, somente esse. O estado de calamidade está presente no sistema penitenciário, principalmente no Nordeste.

Eu tive a oportunidade de estar pessoalmente no Nordeste nas últimas ocorrências, e a coisa é feia. É algo de ficarmos horrorizados. A condição em que o preso, aquele ser humano que cometeu um crime e que está ali, sim, para cumprir uma pena, está vivendo no sistema penitenciário do Brasil é horrorosa.

E, nesse sentido, nós agentes penitenciários estamos vivenciando a mesma situação, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares. Quando se coloca o preso na condição de monstro — nem de monstro eu acho que seria, nem de animais —, se coloca também o agente penitenciário. E aí nós fazemos essa defesa.

Fizemos questão, Deputado Major Olimpio, de participar desta audiência, para que possamos contribuir. Eu tenho certeza, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, que nós servidores penitenciários, principalmente a nossa Federação, com 20 sindicatos, 20 Estados filiados, poderemos contribuir grandemente com esse tema.

Nós queremos mostrar a realidade. Não fugimos do debate. Nós não fugimos do debate. Aquilo que for culpa do agente penitenciário nós assumimos, sem problema nenhum, e assinamos embaixo. Mas do que não é culpa do agente penitenciário nós não queremos levar o ônus.

Na última CPI, nós tivemos participação também, aqui nesta plenária, e, naquele momento, eu disse que, se fossem visitar o sistema penitenciário do meu Estado, os Parlamentares iriam encontrar porcos e presos dividindo o mesmo espaço. Quando eu terminei minha fala, eu me lembro de que o Relator, Deputado



Domingos Dutra, me chamou num canto e disse: “*Você apelou, você brincou, né? Porcos e presos no mesmo espaço?*” Eu disse: “*Se for lá, o senhor verá*”. E o agente penitenciário também está ali no mesmo espaço, porque o agente penitenciário está no dia a dia com o preso. Ele foi 20 dias após e constatou essa situação. Está no relatório da CPI Carcerária. Nós tínhamos uma pocilga desativada; resolveram ativá-la novamente, e o preso ocupava aquele mesmo espaço.

Não mudou muito o sistema penitenciário da última CPI para cá, mas ela surtiu efeito, Deputado. Ela surtiu efeito. O CNJ passou a atuar mais dentro do sistema penitenciário após a última CPI. Então, houve, sim, avanços com a CPI. E, com esta nova CPI, tenho certeza de que haverá avanços maiores.

Eu queria fazer uma apresentação. *(Pausa.)*

Está havendo um probleminha com o nosso material. Um minutinho, por favor. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Nosso sistema está como o sistema prisional, não é? É a mesma coisa.

O SR. FERNANDO FERREIRA DE ANUNCIÇÃO - Eu ia dizer isso, mas, vindo de V.Exa., fica mais confortável ouvir.

Deputado, se nós fôssemos falar sobre o sistema penitenciário, eu tenho 23 anos no sistema penitenciário. Sou do Estado do Mato Grosso do Sul, sou vizinho do nosso Deputado Major Olímpio. Se fôssemos falar do sistema penitenciário, eu tenho provas, documentos, para ficarmos aqui não 15 minutos, mas 15 horas, debatendo e os mostrando. Então, essa documentação mais extensa, Deputado, eu quero lhe passar. O senhor me disse semana passada: “*Olha, me traga documento, não me venha com conversinha aqui, não*”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Isso.

O SR. FERNANDO FERREIRA DE ANUNCIÇÃO - Então, nós traremos um vasto aparato de documentos, um relatório bastante substanciado, para que possamos colher os resultados.

Uma CPI como esta precisa de resultados. Eu acredito que nesta Legislatura nós teremos avanços nesta Casa de Leis. Estamos confiando muito principalmente na bancada da segurança pública. É o momento. Se não avançarmos nesta Legislatura, podemos fechar as portas e ir embora, para casa, não é?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É isso aí.

(Segue-se exibição de imagens.)

O SR. FERNANDO FERREIRA DE ANUNCIÇÃO - Então, pessoal, vamos aos problemas do sistema penitenciário.

Ausência de política pública uniforme no sistema penitenciário. Isso é fato que ninguém pode negar. Hoje, não há política pública para o sistema penitenciário. Cada governador assume a função no seu governo e ali encontra um apadrinhado ou um apoiador para que toque um projeto do sistema penitenciário. Então, essas políticas não são uniformes. No Brasil, cada Estado tem um sistema penitenciário diferenciado e, pasmem, um pior que o outro.

Ausência de regulamentação profissional. Essa é uma bandeira que nós defendemos. Não seria diferente. É um absurdo o que acontece no sistema penitenciário pelo Brasil afora. Nós temos agente penitenciário contratado, terceirizado, privatizado. Nós temos servidores e funcionários da iniciativa privada. Aquele, lá no Estado do Maranhão, é um vigilante. Sem nenhum demérito a vigilante, ele não tem preparo nenhum. Ele faz, pasmem, 20 minutos de curso para atuar dentro do sistema penitenciário, com a problemática que nós sabemos que existe. Nós servidores penitenciários concursados fazemos no mínimo 400 horas-aula teóricas, para poder atuar.

Em relação a essa regulamentação, nós temos um projeto na Casa que defendemos veementemente. Não há outro projeto a ser defendido senão a PEC 308/04. O Deputado Major Olimpio conhece o projeto. O nosso Presidente também o conhece e nos tem dado apoio. Sem essa regulamentação profissional para o servidor penitenciário, não há sistema penitenciário. Podem fazer qualquer tipo de investimento, qualquer tipo de projeto. Se não se regulamentar a profissão do agente penitenciário, não se constitucionalizar essa profissão, eu tenho certeza de que não se vai a lugar nenhum. Posso dizer isso a vocês. Qualquer tipo de investimento que fizerem, sem a regulamentação, sem a profissionalização do servidor penitenciário, eu não tenho dúvidas de que será fracassado.

Por que será fracassado? O agente penitenciário tem que ter preparo, tem que ter reconhecimento, tem que ter carga horária decente. Nós, hoje, em quase todo o Brasil, extrapolamos a carga horária constitucional. Mais de 48 horas



semanais nós fazemos de trabalho. O senhor imagine: trabalhar no sistema penitenciário, com todos os problemas, e ainda extrapolar a carga horária.

Essa proposta de emenda à Constituição, que nós defendemos há praticamente 10 anos na Casa e que está pronta para ser votada, para nós é a solução para esse descaso com a profissão do agente penitenciário.

Os senhores imaginem: falamos do sistema penitenciário, mas não falamos do servidor. Queremos valorizar o preso. Nós precisamos, sim, ter políticas direcionadas aos presos, mas principalmente ao agente, porque somos nós que estamos aplicando a pena. Somos nós que estamos ali no dia a dia. São 30 anos que nós trabalhamos no sistema penitenciário. O senhor imagine: nós ficamos 30 anos. A pena maior quem cumpre somos nós, agentes penitenciários. São 30 anos

O Deputado Major Olimpio pode falar isso, não é?

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Fechado!

O SR. FERNANDO FERREIRA DE ANUNCIÇÃO - O Deputado Major Olimpio pode falar bem disso, porque o pai dele é agente penitenciário, com muita honra, não é, Major?

Então, isso é algo que precisamos deixar bem claro.

Precárias condições estruturais. Se visitarem os presídios do nosso País, vocês verão coisas horríveis. Há escolas adaptadas para presídios; delegacias... Cadê o Deputado Delegado Waldir? Não está aqui. Ele é da Comissão também. Cadeias públicas com espaço pequeno acabam sendo adaptadas para ali ser montada uma unidade penal. Isso é muito sério, muito sério.

Quando se fazem algumas construções Brasil afora, contrata-se, em emergência, empresa que nada entende de construção de presídio. O presídio fica totalmente falho, não tem condições de segurança nenhuma, e nós, depois de assumi-lo, precisamos fazer adaptações malucas: quebrar parede, remendar, voltar um portão para um lado, botar o portão da cela para o outro lado. Então, essas são também condições precárias que nós enfrentamos no nosso dia a dia e que dificultam muito o nosso trabalho.

Número insuficiente de servidores. Gente, isso também é um absurdo! Isso também é um absurdo. São hoje cerca de 15 mil servidores penitenciários por turno, porque somos 60 a 70 mil e dividimos isso em quatro turnos. Temos então uma



média de 15 mil atuando, porque temos os afastamentos, temos aqueles servidores que não estão diretamente ligados ao trabalho. São 15 mil servidores para 560 mil presos, não é isso? Vejam bem. Botem isso em proporção, para ver a falta de servidor que nós enfrentamos.

Nós temos unidades penais como o Complexo do Curado, que foi muito noticiado na imprensa nacional e mundial, por causa da falha que estava ocorrendo ali. São lá, parece-me, 4 mil presos; uma unidade com apenas quatro agentes penitenciários. Quem faz o restante do trabalho é o tal do preso chaveiro. Nós estivemos lá pessoalmente e vimos aquele absurdo. Como é que quatro agentes penitenciários vão fazer a custódia de 2 mil ou 3 mil presos? O preso chaveiro faz o restante do trabalho do agente penitenciário do Estado.

A falta de servidor é grande. Aí alguns Estados estão cometendo um crime maior ainda, que é fazer o tal do REDA e alguns contratos absurdos, ilegais, imorais, para substituir a falta de servidor. Nós precisamos de servidores concursados, preparados, com cursos contínuos de capacitação, para que possamos realmente dar a resposta pela qual a sociedade está pagando.

Ausência do controle estatal sobre os custodiados. O Estado de São Paulo fala muito bem sobre isso. Sem querer jogar a culpa, ali a falta do Estado está bem presente. Ali se formaram os PCCs da vida, o crime organizado. A presença do Estado está sendo substituída pelas facções criminosas: PCC, Comando Vermelho. O Deputado Subtenente Gonzaga sabe muito bem disso, Excelência. Então, isso é a falta do Estado.

Não existe ausência de poder. Há um poder vago ali que o Estado não assumiu, e o crime organizado — infelizmente, temos que admitir — está exercendo essa função estatal dentro das nossas unidades, administrando crimes de dentro do presídio, mandando matar, mandando roubar, mandando assaltar, mandando apavorar a população de um modo geral.

Superlotação carcerária. São 560 mil presos. Nós temos menos 300 mil vagas; bem colocadas, 300 mil vagas. Então, nós temos déficit de 200 mil vagas. Seriam em torno de 500 penitenciárias que nós precisaríamos construir, ao custo de 30 milhões. Vejam o investimento que seria necessário! Essa superlotação gritante



acaba contribuindo grandemente para que esse caos no sistema penitenciário seja noticiado, seja lamentável, seja o motivo desta CPI, não é isso?

Essas seriam as nossas explicações, diante dessa situação, nossas dificuldades e nossa problemática.

Então, Sras. e Srs. Parlamentares, eu tenho certeza de que esta CPI, diante dessas situações que nós colocamos, poderá se posicionar. Como eu disse, nós iremos entregar a documentação, um relatório bastante proveitoso para que os Srs. Deputados nesta Casa de Leis possam, no final desta CPI, apresentar um relatório, sugestões para podermos realmente ter um novo sistema penitenciário, se não perfeito, um pouco melhor, um pouco mais humano.

É muito difícil, gente, a situação no sistema penitenciário: homens e mulheres atrás das grades pedindo por socorro. É algo horrível. Quem convive com o sistema penitenciário, quem entra ali dentro, sabe disso. Infelizmente, a sociedade não entra ali. Alguns Parlamentares ligados à segurança pública acabam nos ajudando, nos auxiliando. E, quando há uma rebelião, quando há o caos, a sociedade fica sabendo o que está acontecendo ali dentro. Infelizmente isso é fato, não é, Sr. Presidente?
(Pausa.)

Essa aqui seria a estruturação padronizada das unidades prisionais. É o que eu disse. Nós temos que ter padronização nas unidades. Não podemos ter unidade adaptada, remendada: onde era um hospital bota um presídio. No nosso Estado, num motel desativado, botaram um presídio. Vejam bem. É um absurdo, não é?

Então, nós precisamos padronizar essa estrutura. Nós precisamos de um modelo padrão para as nossas unidades prisionais.

Procedimento padrão em todo o território nacional para o servidor penitenciário. Nós não podemos em cada Estado aplicar uma lei para o sistema penitenciário. Nós temos a Lei de Execução Penal, que é perfeita. Ela é muito boa; eu acho que é exemplo. Apesar de antiga, ela é muito boa. Se fossem aplicados 60% da Lei de Execução Penal no nosso País, com certeza o sistema penitenciário não estaria como está hoje.

Disponibilização e fiscalização rigorosa de recursos financeiros para o sistema penitenciário. Nós sabemos que há fundo penitenciário; há fundo de não sei quê, há fundo não sei para quê. Mas esses recursos são sempre contingenciados.



Existe sempre necessidade de contrapartida dos Estados. E os Estados talvez não tenham interesse em pegar esses recursos. Por quê? Quando eles vêm destinados, eles vêm já alocados, carimbados. E nós precisamos ver a situação. A segurança pública, principalmente o sistema penitenciário, precisa desses recursos de uma forma mais disponibilizada. Além de se aumentar esse número de recursos, é preciso que sejam disponibilizados de uma forma mais prática, mais fácil de usarmos no sistema penitenciário.

Por fim, voltamos a dizer: para o sistema penitenciário, para o servidor penitenciário, a PEC 308/04. Não há outra defesa que a Federação irá fazer dentro do cenário, quanto ao servidor penitenciário, como sugestão, para que o sistema penitenciário, o servidor penitenciário dê um trabalho, uma contribuição a contento com aquele objetivo que a Lei de Execução Penal preconiza e com aquilo que nós fazemos no nosso concurso público, no nosso curso de formação, sabendo que nós precisamos fazer essa atribuição.

Então, nós precisamos dessa constitucionalização, dessa documentação, dessa regulamentação, porque sem isso não há como nós fazermos o sistema penitenciário de fato e de direito.

Aqui nós temos alguns exemplos de grupos de operações especiais, trabalhadores do sistema penitenciário — funcionam muito bem. Esses grupos hoje, dentro do sistema penitenciário, têm feito um trabalho de excelência, abrindo mão muitas vezes de usar a força da Polícia Militar, que não é preparada para a invasão de um presídio. Muitas vezes, a Polícia Militar tem seus afazeres, que já são enormes, e nós precisamos tirar a Polícia Militar da rua, do seu trabalho, para levar para dentro do sistema penitenciário, para fazer talvez uma intervenção em uma cela, num princípio de motim — um preso está passando mal e os demais se revoltam. Nós precisamos muitas vezes chamar o grupo de operações especiais da Polícia Militar.

São esses grupos que hoje estão funcionando muito bem nos Estados. Em Minas Gerais nós temos o exemplo.

Essa é a formação dos servidores.

Mais uma vez, aqui é do Mato Grosso. É também um grupo de operações especiais de Mato Grosso. Hoje, Mato Grosso está se destacando no sistema



penitenciário com as práticas que têm sido implementadas pelos Governos e pelos servidores.

Então, a gente fala que o sistema penitenciário ainda está de pé, com toda a sua situação, pela dedicação do servidor penitenciário. Vocês não sabem o que é isso. Eu gostaria muito que um Parlamentar, que um companheiro desses que estão presentes pudesse ter acesso ao trabalho do agente penitenciário, visualizar o que é um trabalho na penitenciária, 24 horas dentro de um presídio, o que ele passa, o que ele atende, o que ele produz para a sociedade. É algo que é irreconhecível. Somente nós que estamos lá dentro e poucas pessoas veem isso — não é, Major?

Aí, é uma servidora penitenciária de Mato Grosso, fazendo um treinamento.

Curso de inteligência prisional. Gente, isto é importantíssimo: curso de inteligência prisional. Nós temos informações dentro do sistema penitenciário — o Major Olimpio sabe disso — importantíssimas. Quem é policial sabe disso, quem lida com segurança pública sabe disso. Nós temos informação dentro do sistema penitenciário com as quais nós podemos auxiliar muito a segurança pública no Brasil. Então, esse curso de inteligência no sistema penitenciário precisa ser ainda mais padronizado, com investimentos nesse sistema, porque realmente o resultado é grandioso para a sociedade. Eu não tenho dúvida disso.

Então, Srs. Parlamentares, nós estamos mostrando aqui que existem também boas práticas para o sistema penitenciário.

E aí nós temos aqui a privatização, o que hoje nós estamos discutindo bastante. Somos veementemente contra a privatização no sistema penitenciário, até porque nós temos pesquisas mostrando que não funciona. Temos uma pesquisa nossa — e aqui não há corporativismo — e outras pesquisas que mostram que a privatização não funciona no sistema penitenciário no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Fernando, eu só pediria que você agilizasse, porque há muita gente para falar, e não dá para prorrogar muito mais o seu tempo.

O SR. FERNANDO FERREIRA DE ANUNCIÇÃO - Está certo, Presidente. Quando der palavra a um sindicalista e agente penitenciário, o senhor pode ter certeza de que terá dificuldade em controlar o tempo. Mas nós agradecemos e vamos, sim, resumir e terminar.



Nós temos documentações, temos pesquisas para passar aos nossos Parlamentares, à Casa, mostrando que a privatização no Brasil não funciona, não tem funcionado, é um crime, é algo passível de ADI. Já há alguns Estados sendo penalizados. O Governo de Minas Gerais está sendo penalizado pela privatização irregular. Não é clara para nós essa privatização. Esses contratos que são feitos para privatizar o sistema penitenciário, nós somos totalmente contra e vamos mostrar isso através de pesquisas e documentos.

Então, mais uma vez, eu queria agradecer ao Presidente, ao Major Olimpio e aos Parlamentares presentes. E quero ainda dizer que eu acredito que a Federação poderá contribuir muito. Nós temos 20 Estados filiados. Nós não somos donos da verdade, não, mas temos conhecimento de 23 anos de sistema penitenciário. Nós conhecemos o sistema penitenciário e podemos contribuir.

Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado, Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Fernando.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Pois não.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Eu gostaria de uma deferência de sua parte para me conceder uns 3 minutinhos. Infelizmente, eu vou ter que ir a Belo Horizonte. Eu gostaria de fazer uma manifestação. Posso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Pode. V.Exa. vai fazer perguntas?

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Não. Eu não vou fazer perguntas, não.

Obrigado pela deferência, Sr. Presidente.

Senhoras e senhores é só para me manifestar um pouco sobre a exposição, em especial sobre a PEC 308, que está colocada. Quero dizer do nosso apoio à PEC, mas no modelo de polícia de ciclo completo que nós defendemos.

Acho que o relatório que está aprovado aqui hoje na Câmara, na Comissão Especial, que vincula a atuação, enquanto polícia dentro do presídio, à abertura de um inquérito acaba desmontando um princípio que é a necessidade que nós temos de aproveitar toda a informação, toda a inteligência acumulada, toda a apuração, toda a investigação feita, assim como nós policiais militares não podemos destinar



essa nossa informação para o Poder Judiciário, para o Ministério Público, transformar isso numa peça, num inquérito que possa levar de fato a um julgamento. Também assim é no sistema prisional. Então, nós defendemos a PEC 308, com essa correção, ou seja, dentro do princípio que nós estamos defendendo.

Quero dizer também da necessidade — e nós temos aqui o Deputado Major Olímpio, que está responsável por isso na Comissão Especial da Lei Orgânica da Segurança Pública de, efetivamente, se debruçar sobre a proposta do Sistema Único de Segurança Pública — SUSP. Ela estava até, na Comissão de Segurança Pública, há poucos dias para ser votada. Nós conversamos com o Deputado Pauderney Avelino, que entendeu a necessidade de nós aprofundarmos a discussão. Não é razoável que nós continuemos com o sistema todo fragmentado como esse no Brasil. Aliás, não se pode nem chamar de sistema, porque para ser um sistema teria que haver um órgão central que, efetiva e institucionalmente, se comunicasse com tudo. O plano federal não se comunica com o plano estadual, e é assim no sistema prisional, nas polícias civis, nas polícias militares. Então nós temos que aprofundar a discussão para buscar uma solução.

Quero ainda dizer, Sr. Presidente, Sr. Relator, que, na minha compreensão, esta CPI necessariamente terá que caminhar para propor uma solução, semelhante a que Minas Gerais fez, que eu diria com muita dificuldade, nessa primeira década: transferir todo o sistema prisional para um órgão próprio do Estado, autônomo e independente.

Temos um projeto de lei no plenário, de repente ainda seja colocado em votação, enquanto a CPI funciona, mas nós temos que absorver nesta CPI essa demanda para que, efetiva e definitivamente, o sistema prisional no Brasil seja um órgão próprio, independente e que não seja vinculado à Polícia Militar, nem à Polícia Civil, para que dê as condições.

E também nesta Comissão, Sr. Presidente, na minha avaliação, nós temos que apontar uma solução definitiva para esses contratos no sistema prisional. Em Minas Gerais, em torno de 70% dos agentes penitenciários estão nos contratos precários. E, agora, há uma crise social com os trabalhadores de Minas Gerais, porque antes eram contratos de 6 meses, renováveis a cada 6 meses; depois passou para 3 anos e, enfim, consolidou-se uma legislação de 3 anos, prorrogáveis



por mais 3. Só que estão vencendo esses 6 anos, e nós estamos com dezenas de milhares de servidores com contrato finalizado, com uma crise grande no sistema prisional. E não é só pela superlotação. Todos acompanharam aqui que, em Minas Gerais, semana passada, há cerca de 15 dias, não havia onde colocar preso. A Polícia Militar estava levando preso para a delegacia, onde ficava algemado em portão, em portaria, em grade, porque não havia espaço, a ponto de ser decretado que não se poderia levar mais ninguém para o sistema prisional.

Nós temos que apontar essa solução. No caso dos servidores, entendo que a CPI deverá achar esse caminho para que possamos contribuir com essa solução nos Estados.

Quero dizer aos agentes penitenciários da nossa responsabilidade aqui na CPI e nos projetos que tramitam nesta Casa e da nossa luta pela valorização dos profissionais e pela efetividade do sistema prisional no Brasil.

Muito obrigado pela deferência, Sr. Presidente. Um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Obrigado.

Eu vou então pedir que o nosso convidado Fernando aguarde no plenário e vou chamar o segundo convidado, o Sr. João Alfredo de Oliveira, Secretário-Geral do Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo.

Após a sua manifestação, então, todos nós faremos as perguntas. Apenas abri essa deferência ao Deputado Subtenente Gonzaga, porque ele tem que viajar.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Presidente, nós temos mais dois presidentes de sindicatos que também já estão presentes. Vamos fazer uma rodada de perguntas, ou eles fariam a exposição primeiro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu prefiro que eles façam a exposição, e nós depois, de uma vez, faremos as perguntas.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Então, na sequência, em vez de fazermos perguntas, os dois presidentes também se manifestam, e nós faremos uma geral com todos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Isso, faremos uma geral.

Eu só pediria, mais uma vez, aos convidados que cumpram o tempo, do contrário, não teremos tempo de ouvir todos. E, quando começa a Ordem do Dia, temos que interromper a reunião. Eu acho que 15 minutos é o suficiente e, se



houver algo de muita importância, nós até prorrogamos um pouquinho. Mas vamos aos fatos.

Com a palavra, então, o Sr. João Alfredo de Oliveira.

O SR. JOÃO ALFREDO DE OLIVEIRA - Bom dia a todos. Eu queria agradecer o convite, a oportunidade de estar explanando um pouco sobre o sistema penitenciário. Eu queria agradecer ao Deputado Presidente da Mesa, na pessoa de quem agradeço e me congratulo com todos os Deputados. Eu queria me congratular também com os companheiros servidores penitenciários, companheiros de muita luta, que deixaram seus Estados e estão aqui nos prestigiando. E eu queria cumprimentar ainda os demais presentes.

Presidente, eu gostaria de ser alertado, quando faltar 1 minuto, para eu tentar colaborar e não estourar o tempo.

Senhores, o agente penitenciário é considerado policial pelo crime, é considerado civil pelas autoridades e marginal, por grande parte das pessoas e por alguns leigos inclusive. E o Estado tem se esforçado muito para que isso se torne verdade.

Sou Secretário-Geral do SIFUSPESP — Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo. No Estado de São Paulo, hoje, temos uma realidade muito precária. A superlotação ali é gritante. Unidades prisionais que seriam para 768 presos chegam a abrigar 2 mil sentenciados.

Para os senhores terem uma ideia, hoje são 162 unidades prisionais no Estado. As 162 unidades prisionais têm disponível 133 mil vagas, e temos pouco mais de 220 mil pessoas presas.

Então é totalmente desumano, não só para o real preso, mas principalmente para o servidor penitenciário, que é obrigado a desempenhar em dobro as suas funções. Em decorrência disso, temos muitos companheiros de licença médica, muitos companheiros extremamente estressados. Posso apresentar números futuros para esta CPI. Não trouxe o número preciso do montante dos companheiros afastados por questão médica, mas eu saliento que, com certeza, passa de 20% da nossa categoria.

Em combinação com a superlotação, temos a falta de funcionários. A falta de funcionários é um problema muito peculiar em nosso Estado, haja vista que o



próprio Diretor do Departamento de Recursos Humanos — DRHU, na qual a contratação de novos servidores é facultada, passa-nos que a maioria das pessoas aprovadas no sistema, principalmente as aprovadas em primeiros lugares, não assumem e, quando assumem, ficam por pouco tempo. Apenas fazem laboratório no sistema, prestam outro concurso e vão embora. Em razão disso, não são abertos novos certames, não são abertos novos concursos. O pessoal que assumiu é obrigado a ir para dentro das cadeias e tocar da forma que melhor convier, da melhor maneira possível.

As normas da ONU rezam que o correto seria um servidor penitenciário para cada cinco detentos. É comum, como citei anteriormente, unidades no Estado de São Paulo terem cerca de 2 mil sentenciados e pouco mais de 120 agentes penitenciários. Então, vejam os senhores que isso daí já é totalmente desumano, ou seja, o servidor penitenciário já entra para o cárcere, já entra para a unidade mentalmente avariado e como refém.

Outro fator muito alarmante que decorre também da falta de funcionários e da pouca fé do Governo do Estado para conosco, é a questão da revista íntima. O Governo do Estado de São Paulo fez o favor de descumprir uma normativa que era dele mesmo. Há 8 meses, ele criou a normativa de que haveria 6 meses para implantar aparelhos de Raios X em todas as unidades prisionais. O Governo se deu um prazo de 6 meses para isso — prazo que não foi cumprido. Venceu em meados de fevereiro de 2015.

As visitas no Estado de São Paulo, por ser um grande número de sentenciados, dividem-se entre o sábado e domingo. O pessoal que visita no sábado não visita no domingo e vice-versa. Em apenas um desses dias, uma unidade prisional recebe de 500 a 700 visitantes femininas. E, na maioria das vezes, são apenas três agentes para desempenhar essa função. Ou seja, é totalmente insalubre, é totalmente desumano. Isso aí avilta de maneira contundente o trabalhador.

Hoje, voltando um pouco na questão da superlotação, O Governo do Estado....



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O senhor falou da revista íntima, eu gostaria que o senhor concluísse o seu pensamento com relação à visita íntima.

O SR. JOÃO ALFREDO DE OLIVEIRA - Pois não. A questão da visita íntima...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - A resolução do Governo...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - E a não implantação do equipamento.

O SR. JOÃO ALFREDO DE OLIVEIRA - Quanto à revista íntima, como eu citei um pouco antes, cerca de 8 meses atrás, mais ou menos, o Governo mesmo criou uma norma. Ele baixou um decreto que, em 6 meses, estariam implantados, em todas as 162 unidades prisionais, aparelhos de Raios X em substituição à revista corporal.

A gente sabe que a revista corporal é vexatória, ela mexe com a dignidade de quem está sendo revistado e também com a dignidade de quem está revistando, haja vista que a pessoa que está passando pela revista passa pela revista uma vez por semana — isso quando visita toda semana —, agora, o trabalhador não, ele revista uma infinidade de pessoas.

O Governo do Estado, em não cumprindo essa determinação, deixou o trabalhador totalmente refém dessa situação. Por quê? A gente sabe — e isso em qualquer setor, em qualquer função — que, a partir da oitava hora de trabalho, o poder de perceber as coisas fica um pouco mais minado, ou seja, cai um percentual avassalador. Então, uma hora ou outra, às vezes, acaba passando alguma coisa cuja entrada seria proibida na unidade. Quando isso ocorre, quando alguma visita consegue extrapolar, quando alguma visita consegue ludibriar o servidor, são abertas sindicâncias. Isso até seria natural, só que o Governo do Estado está abrindo sindicâncias em demasia. Para tudo quanto é fato abre-se sindicância. E além de o trabalhador estar trabalhando de maneira indigna, de maneira insustentável, ele está sendo punido, ou seja, ele está sofrendo um tipo estrondoso de pressão.

Depois vai ser aberta a fase para perguntas, e eu acho que a gente vai poder falar com pouco mais de tranquilidade sobre isso.



Mas mudando um pouco o tópico — e o Anúnciação já havia mencionado —, eu acho que uma coisa que contribuiria bastante para estar trazendo o sistema prisional para a mão, num sistema de consenso, seria a implantação da PEC 308. A PEC 308 é um anseio grande da categoria. Ninguém quer ser polícia por ser polícia. Como já citei anteriormente, nós já somos tratados como tal pelos criminosos.

E se os senhores puxarem pela memória, em 2008, o Governo Federal instituiu os CONSEGs. E nós, enquanto trabalhadores do sistema penitenciário, participamos das fases regionais, das fases estaduais e depois da fase federal. Naquele evento, a nossa diretriz foi a mais votada. Ou seja, a população, o povo brasileiro, está pedindo a Polícia Penal, e até então o Governo não a instituiu. A gente não entendeu o porquê. A gente se sente o patinho feio mesmo: a polícia prende, o juiz julga, e a guarda vem para a mão de um civil. Acho que isso está um pouquinho antagônico.

O que eu ia referendar, que atravanca um pouco mais a nossa superlotação, é a questão dos puxadinhos. No Estado de São Paulo, o Governo adotou um sistema para tentar abrigar a quantidade de presos excedentes: criar uma penitenciária dentro de outra penitenciária. A gente apelidou esse sistema de puxadinho. Abre-se concorrência, constrói-se a penitenciária. Depois de um certo tempo que essa penitenciária está em funcionamento, constrói-se um anexo ali de qualquer maneira, e acabam levando alguns sentenciados para lá. Com isso, aumenta o poder de acomodação da unidade, aumenta o número de presos que ela pode receber, mas não aumenta o número de servidores, não aumenta o número de funcionários.

Com isso, o Governo do Estado está fazendo uma economia burra. Há alguns dados, alguns estudos segundo os quais, com 133 mil vagas para 220 mil presos, ele está economizando cerca de 9 milhões de reais ao não construir novas unidades prisionais e ao não contratar novos servidores. Eu chamo de economia burra, porque ele está adoentando a categoria, ou seja, ele está adoentando o servidor penitenciário. Com o servidor penitenciário adoentado, o trabalho não sai a contento e, em hipótese alguma, a gente vai conseguir a recuperação dos sentenciados. Daí, fica prejudicado o caminhar da pena.



Outro ponto que o Governo adotou em São Paulo e que o meu sindicato vê como um ponto não tão positivo assim foi a questão da automação do sistema penitenciário. Ele automatizou e, em tese, isso é bom para os servidores, porque o servidor já não tem mais contato direto com o sentenciado. Mas só em tese, porque o contato direto do servidor com o sentenciado é o que propicia ao servidor antever os passos criminosos do sentenciado. Sem contar que, não tendo mais essa oportunidade de antever os passos do sentenciado, o servidor não consegue desempenhar com afinco suas funções, não consegue minar possíveis fugas, não consegue saber com antecedência sobre certos tipos de rebeliões, certos tipos de eventos nocivos que poderiam muito bem ser evitados na unidade prisional.

O Deputado que usou a palavra logo depois do companheiro Anunciação citou um caso muito importante em Minas, onde os trabalhadores são contratados, não são concursados. O ponto positivo no Estado de São Paulo é esse, nós não temos lá trabalhadores terceirizados. Vemos com certa reserva a questão da terceirização, porque na terceirização você pega o trabalhador e o coloca dentro do sistema prisional, prepara aquele trabalhador dentro do sistema e, passados 2, 3, 4, 5, 6 anos, você demite aquele trabalhador e o bota na rua. Ou seja, você está botando na rua um especialista do sistema penitenciário, que pode ser recrutado pelo crime organizado. Isso nós vemos com muita reserva, com muita preocupação, Sr. Presidente. Isso nós gostaríamos de deixar registrado.

Ainda em relação ao sistema prisional paulista, outra coisa que o Governo poderia citar ali é a questão da aposentadoria especial, que ele poderia ver com um pouco mais de propriedade, uma vez que o presidiário se renova. Essa renovação do presidiário faz com que a população, a massa carcerária seja sempre jovem, enquanto o trabalhador esteja envelhecido. Um agente de 50 ou 60 anos não tem poder intelectual, muito menos físico, para acompanhar ou até mesmo para impedir a ação de um apenado de 18, 19 ou 20 anos.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado a todos pela oportunidade.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado.



Agora, nós vamos chamar o terceiro convidado, o Sr. Rodrigo Fontoura da Silva, para que possa falar um pouco sobre a questão dos nossos agentes penitenciários no âmbito do Brasil.

Na sequência, vamos chamar o Sr. Daniel Aguiar, depois o Sr. Gilson Pimentel e o Sr. Leandro Vieira. Vamos manter os 15 minutos de tempo para as manifestações, para que possamos avançar e tirar mais coisas dos senhores.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - O Sr. Antônio Pereira Ramos também é do Sindicato dos Agentes de Escolta e Vigilância e foi, na sequência, o primeiro que chegou depois que já estávamos com as inscrições abertas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu ia chamar o Sr. Antônio Pereira Ramos, porque não podemos ficar só em São Paulo. Eu queria ouvir uma coisa mais em nível nacional. Mas, em seguida, depois do Diretor da Federação, ele vai falar.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - É que 40% dos presos e da desgraça nacional estão em São Paulo. Por isso a insistência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Vamos ouvir todos, com certeza.

O SR. RODRIGO FONTOURA DA SILVA - Primeiramente, bom dia. Bom dia, companheiros de trabalho, Grandolfo, Bastos. Pessoal, bom dia.

Eu sou agente penitenciário no Estado do Paraná e, atualmente, sou Diretor da FEBRASP. Foi-me dada esta incumbência pelo Diretor Roberto Neves, que também não pôde atender ao convite, porque nós estamos passando por uma crise muito sensível no Estado do Paraná em relação ao sistema prisional.

Eu creio que nunca, numa esfera tão importante, falou-se tanto do sistema prisional e se investiu tão pouco. Investiu-se pouco, muito pouco, quase nada, na verdade. Nós vemos agentes penitenciários sendo reféns — reféns! — do próprio trabalho.

Há 2 dias, nós deflagramos uma greve no Estado do Paraná. Pasmem os senhores: eu até comentei num grupo nosso que os trabalhadores não têm nem



condição de fazer greve, por medo de estourar uma rebelião, pela insegurança que causa uma greve do trabalhador para brigar por um direito seu.

Foi falado aqui agora há pouco da Polícia Penal, foi falado aqui agora há pouco da valorização do trabalhador, mas o que se tem feito como política prisional, como política de investimento no sistema prisional? Para o trabalhador, nada. O que se tem feito, por exemplo, quando estoura uma rebelião ou quando é morto um trabalhador do sistema prisional na rua? Nada. É feita alguma coisa? Nada. Difícil, não é? E são trabalhadores que, muitas vezes, dão a vida para que as pessoas de bem durmam tranquilas nas suas casas. Já pensaram nisso?

O agente penitenciário, eu costumo dizer, aparece em três circunstâncias na mídia: quando há rebelião, quando ele morre ou quando ele é pego em alguma corrupção. Só. Fora isso, ele nem é citado. Se vocês forem ver o art. 144, nós nem estamos lá. Estamos lá? Não. Nós nem estamos lá.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - E, quando morre, já não é mais notícia.

O SR. RODRIGO FONTOURA DA SILVA - Quando morre, não é mais notícia. Bem lembrado.

O agente penitenciário é o primo pobre da segurança pública. Ele trabalha na segurança pública, mas não faz parte da segurança pública. Ele desempenha papel na segurança pública, no entanto ele não é reconhecido como tal.

Com isso, perdemos investimentos e perdemos reconhecimento. Vamos ser mais emotivos? Ele não é reconhecido para nada. O agente penitenciário é jogado às traças.

Então, o que nós queremos clamar? Nós lançamos uma campanha no Estado do Paraná por um sistema prisional seguro e humano. Seguro e humano por quê? Seguro para o trabalhador que ali está e humano para o preso que ali está também, porque a nossa matéria-prima é o preso. Quer queiram, quer não queiram, a nossa matéria-prima é o preso. Mas não queremos que esse preso seja jogado lá como um bicho, com 30 ou 40 num lugar só. Se houver superlotação, isso dificulta o bom trabalho e o bom andamento do sistema prisional também para o agente penitenciário. Ele não consegue fazer o trabalho que lhe foi designado, como trabalhar na ressocialização, talvez. Ele vai ali para cumprir tabela: de manhã, ele



tem a alimentação, tem o pátio e o sol, quando é possível, as escoltas e só, mais nada.

Quando o Estado se omite em alguma posição, o crime organizado fatalmente avança. É o que tem acontecido. Em São Paulo, isso é uma tristeza. Estive visitando um presídio em São Paulo e fiquei abismado com uma história. Um agente penitenciário falava para outro companheiro de trabalho: *“Você viu o que aconteceu? Houve um ataque ali, e a ROTA alvejou um faccionado”*. E um preso, sem nenhuma demagogia, sem nenhum medo, intimou o agente penitenciário: *“Ô, senhor, o senhor acha bonito o que o senhor está falando aí? O senhor está falando que morreu um irmão nosso!”* O agente teve que pedir desculpa para o bandido, porque aquele preso citou nome e endereço e falou assim: *“Amanhã cedo o senhor vai ver como vai estar na casa do senhor”*. Olha como nós trabalhamos!

Eu vim aqui hoje, mas estamos nos desdobrando no Estado do Paraná — em 15, somos apenas poucos guerreiros do sindicato —, porque deflagramos uma greve. Nós estamos preocupados com o andar dessa greve. Nós temos lá 30 unidades penais. Olha que sonho! São Paulo tem um monte.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - São 162.

O SR. RODRIGO FONTOURA DA SILVA - Nós temos 28 mil presos. Esse é o número de agentes penitenciários no Estado de São Paulo.

(Não identificado) - São quantos presos em São Paulo?

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - São 220 mil.

O SR. RODRIGO FONTOURA DA SILVA - O Paraná tem 28 mil presos.

No entanto, o crime organizado está se instalando lá também. Por quê? Porque, quando o Estado se omite, o crime avança.

E o que se tem feito para que isso venha a ser barrado? Eu acho que o Bastos, que está aqui em Brasília, tem acompanhado muito esse trabalho dos agentes penitenciários, que também têm brigado, sofrido e carregado nas costas uma culpa que não é nossa. Nós carregamos nas costas uma culpa que não é nossa. A culpa da falta de investimento não é nossa. No entanto, quando falta investimento — falta investimento em segurança, falta investimento no corpo técnico —, quem é o Estado que o preso que está ali vê? O agente penitenciário. Quando ele olha ali, ele vê o agente penitenciário, que diz “não” para ele. Não é o



Presidente, não é o Governador que vai lá falar “não” para ele. É o agente penitenciário. Com isso, quem é o inimigo número 1 dele ali, naquela hora? O agente penitenciário. Nós estamos nesse meio.

É engraçado que nós tanto clamamos por reconhecimento, por investimento, por um olhar mais afinado para o sistema prisional, mas parece que pouco estamos sendo ouvidos.

Eu creio que desta Comissão, que está sendo instaurada, há de sair bons encaminhamentos num curto espaço de tempo, porque não aguentamos mais enterrar nossos companheiros ou fazer um trabalho de super-herói. Ninguém aqui é o Batman, ninguém aqui é o Super-Homem. Nós somos humanos, temos filhos, temos famílias e queremos que o sistema prisional, em âmbito nacional, seja olhado com mais carinho — com mais carinho.

Essa é a minha colaboração: há falta de investimento, superlotação, falta de segurança da segurança. Nós que cuidamos da segurança estamos inseguros. Não queremos virar estatística de mortes. Nós queremos virar estatística de um País que deu certo na segurança pública. Essa é a minha contribuição.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito bem, Rodrigo. Muito obrigado. Vamos aguardar as perguntas.

Dando sequência aos convidados, concedo a palavra ao Sr. Antônio Pereira Ramos e, depois, o Sr. Daniel Aguiar.

O SR. ANTÔNIO PEREIRA RAMOS - Bom dia a todos. Meu nome é Antônio Pereira Ramos, sou do SINDESPE — Sindicato dos Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária do Estado de São Paulo.

Diferente dos outros companheiros, o Estado de São Paulo é o único Estado — ou um dos dois Estados — que tem o cargo de agente de escolta e vigilância penitenciária, que faz a guarda do presídio, a guarda externa. Então, nós não fazemos a vigilância interna ou a custódia do preso internamente.

Eu trouxe um vídeo que mostra, para os senhores terem uma ideia, as condições precárias do servidor público no Estado de São Paulo. Se o servidor não é respeitado, imaginem o preso.

(Falha na exibição do vídeo.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O nosso sistema está pior que o sistema prisional mesmo.

(Não identificado) - É só chamar o serviço de intérprete de LIBRAS, para traduzir o que está sendo dito no vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não sai o som aí? *(Pausa.)*
Não sai o som.

(Não identificado) - Pereira, eu sugiro a você que vá narrando, porque você conhece os problemas.

O SR. ANTÔNIO PEREIRA RAMOS - Isso é verdade.

Na realidade, está sendo colocado ali que são transportadas por dia em São Paulo cerca de 400 ou 500 armas de calibre restrito nessas viaturas. No que diz respeito às condições de trabalho, cerca de 800 homens se reúnem em um alojamento para receber o armamento e, então, sair para fazer a escolta dos presos, a custódia dos presos.

A alimentação também é um problema grave no sistema prisional.

Há também um problema de falta de efetivo: hoje o déficit na escolta é de cerca de 2 mil homens.

Eu vou entregar ao Presidente um inquérito civil do Ministério Público e do Ministério Público do Trabalho em relação ao assunto que está sendo exibido nessa mídia.

(Não identificado) - As armas vão naquele carrinho?

O SR. ANTÔNIO PEREIRA RAMOS - Isso. Vão nesse carro.

(Não identificado) - Com dois homens, três homens.

O SR. ANTÔNIO PEREIRA RAMOS - Dois homens. Um serviço que antes era feito pela Polícia Militar com escolta adequada, com três ou quatro viaturas, hoje é feito com uma viatura só, com três ou quatro agentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Esse vídeo é uma reportagem?

O SR. ANTÔNIO PEREIRA RAMOS - É uma reportagem. Infelizmente, não saiu o áudio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Essas armas são oriundas de onde?



O SR. ANTÔNIO PEREIRA RAMOS - Essas armas são do polo de escolta da administração penitenciária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Sim. Mas, quando você se refere às armas, é porque os agentes fazem a escolta armados?

O SR. ANTÔNIO PEREIRA RAMOS - Armados. Em São Paulo, enquanto o policial militar tem o acautelamento da arma — a arma faz parte do uniforme dele —, o agente de escolta tem que se reunir em um barracão com cerca de mil homens, que formam uma fila para pegar as armas e fazer o acautelamento diário delas. No final do dia, eles têm que voltar para o serviço para entregar o armamento.

Uma resolução da Secretaria da Administração Penitenciária — SAP estabelece uma jornada de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, mas os agentes cumprem uma jornada de 12 horas de trabalho todos os dias.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - E a reportagem mostrou o carro transportando as armas. Então, o Brasil inteiro sabe disso?

O SR. ANTÔNIO PEREIRA RAMOS - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O PCC também, não é?

O SR. ANTÔNIO PEREIRA RAMOS - O PCC também. Ali são armas de calibre restrito que estão sendo transportadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Pois é. O que eu não consigo entender é o seguinte: essas armas não poderiam ficar no estabelecimento prisional e serem acauteladas lá?

O SR. ANTÔNIO PEREIRA RAMOS - Não. No caso, elas tinham que ser acauteladas, para que o agente fosse direto ao fórum fazer a custódia dos presos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Entendi.

O SR. ANTÔNIO PEREIRA RAMOS - Outro detalhe importante que a reportagem mostra é que a alimentação dos agentes é feita pelas presas na penitenciária feminina.

Eu vou entregar ao senhor o *link* da matéria. Se o senhor quiser, depois pode dar continuidade.

Mas o que eu tinha para explanar é praticamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Vamos ficar nas perguntas. Obrigado.



Tem a palavra o Sr. Daniel Aguiar Grandolfo, Presidente do Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária do Estado de São Paulo.

O SR. DANIEL AGUIAR GRANDOLFO - Sr. Presidente, para nós é uma grande satisfação estarmos aqui.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer ao Deputado Major Olimpio, que ligou para nós. O senhor é um grande batalhador, filho de agente penitenciário. O pai dele é agente penitenciário. Então, temos orgulho de ter o Major Olimpio aqui, conosco, porque ele sabe muito bem o que é o sistema penitenciário, conhece muito bem, e a gente pode falar com propriedade.

Bem, a situação do sistema penitenciário paulista — vou falar bastante do sistema penitenciário do Estado de São Paulo —, hoje, é crítica. Todas as unidades, sem exceção, estão com o dobro da capacidade. Tivemos, só este ano, quase dez agentes executados pelo crime organizado. Ano passado, 17 companheiros foram executados pelo crime organizado. Todos os anos dezenas de agentes são ameaçados e executados pelo crime.

Major, às vezes, fico pensando. Nós somos o Estado. Às vezes, ouço algumas pessoas falarem em privatização. Estamos sendo caçados. Ano passado foram executados cem policiais militares. É isso, Major? *(Pausa.)* Mais? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Foram 106.

O SR. DANIEL AGUIAR GRANDOLFO - Foram executados 106 policiais militares e 20 agentes penitenciários. Somos o Estado, somos representantes do Estado. Às vezes, ouço alguns comentários tais como: “*Então, privatizem*”. Imaginem se cair na mão de uma empresa privada a segurança de um presídio! Se nós que representamos o Estado estamos sendo massacrados...

O agente penitenciário tem medo de sair na rua, o policial se esconde em casa. O crime dominou, é verdade. Todos estão aterrorizados, porque é uma situação, hoje em dia, de calamidade pública. Não há mais o que fazer. Não sabemos mais o que fazer. Se se privatizar a segurança do presídio, não sei o que este País vai virar. Se já está da forma como está hoje, se se privatizar, não imagino o que vai ser.

Até penso que, de repente, alguma área interna do presídio deveria estar em mão privada, realmente. Até penso que alguma coisa interna poderia, sim, estar.



Agora, a segurança do presídio, a escolta, o transporte de presos, como ficarão se forem para as mãos de terceiros, mãos de empresas! O Estado é responsável pelos presos. O Estado é responsável por essa segurança. Hoje, o Estado não dá conta. Esses agentes não têm autoridade, hoje em dia, para colocar o crime organizado onde deve estar. Os agentes são reféns de tudo isso aí.

Queria falar um pouquinho sobre a questão da automação das unidades prisionais, da questão da superlotação das unidades prisionais. Foram atenuadas, um pouquinho, as agressões. Tínhamos em média de 30 a 40 agressões a agentes penitenciários, que estavam sendo espancados, torturados, reféns na mão dos presos, todos os anos, no Estado de São Paulo. Eu ia trazer algumas fotos. Vocês iam ficar assustados em ver a situação em que alguns agentes saíam do pavilhão. De 30 a 40 agentes todos os anos eram espancados e torturados dentro dos pavilhões.

Sr. Presidente, o senhor me permite ficar de pé, para todos entenderem?
(Pausa.)

Hoje, dentro de um presídio, funciona da seguinte forma: um agente penitenciário entra num raio — vamos imaginar que aqui é um raio —, sozinho, com 400 presos, ele e Deus e uma chave na mão. Ele entra no meio dos 400 presos e os solta e no meio dos 400 presos eles vão lá e trancam. Então, esse contato com a massa carcerária é... O preso muitas vezes fazia o agente de refém a hora que quisesse. Ele pegava o agente penitenciário: *“Opa, senhor, por favor, encosta aqui que hoje o senhor vai ser espancado”*. E juntavam 30, 40, 50. Às vezes, as pessoas dão risada, mas é a verdade, é o que acontece. Eu poderia trazer aqui, se a CPI permitir, dezenas de agentes penitenciários — se quiser faz uma fila aqui —, que foram espancados por 200 presos, batendo, pulando em cima da cabeça. Agentes que não têm mais condições de trabalhar. Eu posso trazer, se a Comissão permitir, agentes que foram espancados por 40, 50, 200 presos dentro de um pavilhão.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Sr. Presidente, pela oportunidade, foi requerido o deslocamento da nossa CPI para São Paulo. Seria bastante oportuno que, nas reuniões e inspeções que faremos em São Paulo, os dirigentes pudessem ter contato com esses funcionários lesionados.

O SR. DANIEL AGUIAR GRANDOLFO - Obrigado.



Então, uma realidade muito crítica. Hoje, há automação das unidades, depois de muita luta, muita briga. Acho que nós temos umas 40, das 163 unidades prisionais do Estado de São Paulo, que estão automatizadas, o que evita o contato com essa massa carcerária e que o agente se torne refém e seja espancado constantemente, como estava acontecendo hoje no Estado de São Paulo.

A automação veio e é uma conquista tremenda, está evitando o massacre dos agentes penitenciários de serem espancados, torturados, ficarem de refém na mão do crime organizado.

Eu queria que, qualquer dia, a CPI do Sistema Carcerário visitasse um semiaberto, que eu gostaria de indicar, e gostaria de indicar outra unidade prisional para vocês visitarem. Mas, desde já, indico o semiaberto.

Eu estive ontem no semiaberto CPP, de Franco da Rocha. Eu queria que vocês entrassem de surpresa no pavilhão. Vocês vão ver 2 mil presos, praticamente, andando no meio dos agentes penitenciários. Na hora em que quiserem passar a faca no agente, pegam o agente e fazem o que querem.

Eu desafio quantos aqui têm a coragem desses heróis, agentes penitenciários, de entrar em um pavilhão, no meio de 400 presos, para fazer a tranca, sendo ameaçados: *“O senhor vai morrer hoje, vai morrer hoje”*. Muitos agentes, eu diria, não conseguem assumir o primeiro dia. Chega ao primeiro dia, na hora em que ouvem. *“Toma a chave, vai lá trançar, são 400 presos”*. O cara diz: *“Pelo amor de Deus, estou indo embora. Onde assino a minha exoneração?”* É assim que tem acontecido.

As ameaças são constantes. O agente cumpre com o seu dever e é ameaçado de morte. E o Estado não dá qualquer suporte para que esse agente tenha garantia de vida. Acho que é o mínimo que o Estado tem que dar para as pessoas é a garantia de vida, que é o maior bem jurídico que nós temos.

Então, nós não temos garantia de vida nenhuma. Se, às vezes, você vai cumprir com a sua obrigação, saiba que você vai ser ameaçado e saiba que você agente penitenciário que vai morrer. E muitos morrem mesmo, muitos. Todos os anos, são dezenas que são executados, porque cumprem com as suas obrigações, simplesmente por cumprir com a sua obrigação.



O SR. RODRIGO FONTOURA DA SILVA - Grandolfo, no Estado do Paraná, pasmem os senhores...

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Desculpe, não pode haver interrupções. Depois, na hora das perguntas, do debate, a gente discute, está bem? O senhor anota, e depois a gente fala.

O SR. RODRIGO FONTOURA DA SILVA - Está bem. Só lembrar isso aí que é muito interessante.

O SR. DANIEL AGUIAR GRANDOLFO - Mudando um pouco de assunto, essa questão das ameaças, das execuções, das mortes, das agressões dentro dos presídios é muito crítica. É traumática essa questão.

Recentemente, está havendo um movimento, principalmente no Congresso: *“Temos que garantir a integridade das visitas. As visitas têm que ter uma revista não vexatória”*. Saíram alguns decretos proibindo a revista íntima.

No Estado de São Paulo, eu acho que o Governo não está muito preocupado com as visitas, mas assinou a lei que permite o fim da revista íntima. Mas a prova de que não está muito preocupado é que até hoje o Governo não instalou nenhum *scanner* corporal no Estado inteiro de São Paulo, ou seja, a revista vai continuar desse jeito, vexatória, porque não se instalou nenhum *scanner* corporal. E, por um equívoco — não sei —, ou por maldade mesmo, um fim de semana houve uma gandaia no sistema prisional do Estado de São Paulo. O sindicato avisou: *“Olha, pelo amor de Deus, gente, não cumpram a ordem que estão dando, que a Secretaria está dando, de deixar as visitas entrarem sem o scanner corporal, só passando pelo detector de metal”*. Permitiram que as visitas entrassem um fim de semana. Num final de semana entrou explosivo até umas horas dentro dos presídios, para explodir as muralhas. Inclusive, um dos agentes penitenciários de Valparaíso estava revistando, e um desses explosivos — explosivo não é pego no detector de metal, porque é pólvora, então o detector de metal não pega — praticamente explodiu o agente penitenciário. Se quiserem podem chamar esse agente penitenciário. Ele também está aqui para depor.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Na trave do gol, não é?

O SR. DANIEL AGUIAR GRANDOLFO - Na trave do gol, exatamente. Em um fim de semana. Isso é para vocês verem a situação terrível que é.



O Governo, você percebe que ele não está muito preocupado, porque vai continuar a revista vexatória. Ele assinou um decreto e ele não vai regulamentar para que funcione da forma que tem que funcionar.

O *scanner* corporal é uma solução fantástica. Em Porto Alegre, foi instalado o *scanner* corporal, e aumentou em 300% a apreensão de drogas dentro do presídio. Acabou a entrada de celular, acabou a entrada de drogas no presídio, e todos nós sabemos — aqui não tem ninguém bobinho — que o que financia o crime organizado é o tráfico de drogas, principalmente dentro das unidades prisionais. Foi pega recentemente uma contabilidade do PCC. Eles faturam, em média, 1 milhão de reais com o tráfico de drogas dentro dos presídios! Pasmem: dentro dos presídios! Esse é o faturamento deles dentro do presídio. Com o *scanner* corporal, que custa meio milhão de reais, mais ou menos — foi o que Porto Alegre gastou mais ou menos no *scanner* corporal...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Precisa-se de quantos *scanners*?

O SR. DANIEL AGUIAR GRANDOLFO - Precisa-se de 163, acho que de dois por unidade prisional: 1 milhão de reais por presídio.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Apenas para contribuir, Presidente: se for um *scanner* só...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eles quebram o *scanner*.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Durante o horário de visita, entre passar a primeira pessoa e as 500, como eles disseram, em média, já se esgotaria o tempo da visita. Então precisaríamos de no mínimo de dois, e, em um estabelecimento prisional maior, de três.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Sem falar que o sistema é tão pesado, que dá-se um jeito de quebrar uma máquina daquela para fazer com que o *scanner* não funcione.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Você tem o preço da locação desse equipamento, Daniel, só para contribuir para a CPI?

O SR. DANIEL AGUIAR GRANDOLFO - Não tenho. Eu tenho o preço, mais ou menos, do *scanner* que foi comprado em Porto Alegre. Eles gastaram 494 mil reais para instalação, treinamento e tudo o mais desse *scanner*.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Só para a informação da Comissão, com o advento das Olimpíadas, há a possibilidade — eu conversei isso com o Ministro Eduardo Cardozo — de que esses equipamentos, de que esses *scanners* pessoais possam ser... Como é que se fala?

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Redistribuídos depois dos Jogos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Redistribuídos para os estabelecimentos prisionais. Isso é uma perspectiva que nos alegra. Evidentemente que vai facilitar. Vão ser comprados agora, para as Olimpíadas, e depois distribuídos para os estabelecimentos.

Vamos deixar o Daniel acabar, para começarmos os questionamentos.

O SR. DANIEL AGUIAR GRANDOLFO - Então, nós temos aí a instalação, que praticamente acabaria com a entrada de drogas nos presídios do Estado de São Paulo e também daria um grande prejuízo para a facção, que fatura muito com o tráfico de drogas dentro das unidades prisionais.

Outra coisa. Dentro da P2 de Venceslau tem um *scanner* corporal, vocês sabiam? Na P2 de Venceslau tem um, e ele não é utilizado.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Nós vamos lá ver.

O SR. DANIEL AGUIAR GRANDOLFO - Tem lá um *scanner*. Vão lá. Faço questão de que vocês vão lá conhecer. Não é utilizado o *scanner* corporal. Por quê?

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Só foi inaugurado.

O SR. DANIEL AGUIAR GRANDOLFO - Não sei. Porque não é. Ele ficou lá parado uns 3 anos. Aí, um dia o Governador esteve lá, Major. Eu peguei e falei para o Governador: “Governador, tem um *scanner* corporal aí que não está sendo utilizado”. Aí ele perguntou para o Secretário, o Dr. Lourival: “Por que que o *scanner* não está sendo utilizado?” “Ah, não...”, não sei o quê. A partir daí, algumas vezes é utilizado aquele *scanner*, mas não como forma de segurança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Mas por que você acha que não é utilizado?

O SR. DANIEL AGUIAR GRANDOLFO - Eu não sei. Pode questionar o Dr. Lourival sobre o porquê de esse *scanner* não estar sendo utilizado. Ele fala que é por causa de treinamento, mas então que treinem e capacitem os agentes penitenciários para manusear esse *scanner* corporal. Que seja isso aí.



A P2 de Venceslau é onde estão os presos mais perigosos da América Latina.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Marcola, Betinho Tiriça, estão todos eles.

O SR. DANIEL AGUIAR GRANDOLFO - Lá tem um *scanner* corporal.

Rapidamente, para eu concluir, existe uma confusão, eu percebo, de algumas pessoas com relação ao trabalho dos agentes penitenciários, à ressocialização, a tudo mais. Eu quero dizer que o agente penitenciário, o agente de escolta — no Brasil não tem —, o agente penitenciário em geral, ele é responsável pela segurança da unidade prisional. O preso não consegue visualizar no agente penitenciário alguém que possa ajudá-lo na ressocialização. Como é que um agente, hoje, vai lá na cela do preso, revista a cela do preso, da cana na droga do preso, da cana na arma, aumenta a pena do preso, porque ele escreve, comunica, faz todo o procedimento, ele faz a segurança do presídio, faz a muralha do presídio, faz a escolta do preso, é responsável pela segurança, pela ordem e pela disciplina da unidade prisional, como é que um agente desse pode ajudar na ressocialização? Não tem como! Ele faz a segurança! Isso tem que ser dividido. As pessoas precisam entender isso, por favor! Isso precisa ficar muito claro. Não tem como o agente fazer trabalho de ressocialização. Que se contratem psicólogos, assistentes sociais, pessoas capacitadas. Podem até chamar agente penal, alguma coisa assim, mas que a pessoa seja capacitada para isso e responsável por fazer a ressocialização dos presos, e não incumbir essa responsabilidade a quem faz a segurança, mesmo porque o preso jamais vai aceitar que quem faz a segurança — e isto é uma coisa óbvia, que eu acho que eu nem deveria falar aqui — faça a ressocialização. Não existe isso aí. Temos que aprender a dividir. Dentro do sistema penitenciário, não há ninguém responsável por colaborar para a ressocialização dos presos. Somente existe o agente que faz a segurança da unidade prisional, mantém a ordem, a segurança e a disciplina da unidade prisional. E alguns querem incumbir a nós, agentes, a responsabilidade de fazermos também a ressocialização. Então, vamos aprender a separar, a distinguir as coisas, a saber que o agente faz a segurança da unidade prisional.

Muito obrigado, Presidente, pela atenção. Muito obrigado a todos que estiveram aqui.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Daniel.

Agora vamos ouvir o Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Distrito Federal, Sr. Leandro Allan Vieira; depois, o Sr. Gilson Pimentel. Dizem que o sistema de Brasília funciona. Vamos ver agora.

O SR. LEANDRO ALLAN VIEIRA - Bom dia a todos. Quero cumprimentar a Mesa na pessoa do Presidente e parabenizá-los pela iniciativa desta audiência pública, de muita importância. Este assunto vem crescendo, fato esse que se deu, Presidente, após a prisão dos mensaleiros, após a alta cúpula de um partido, de um sistema político, ingressar em unidades prisionais como apenados, como internos.

Esse sistema não pode ser deixado de lado, não pode deixar de ser debatido, em razão da sua gravidade, da sua importância. Hoje, por falta de investimento nessas unidades, por falta de presença mais veemente do Estado, algumas facções criminosas vêm usando as unidades prisionais como escritórios do crime.

O sistema penitencial no sentido macro, ele tem que ser discutido com maior responsabilidade. Eu vejo em alguns Estados a lástima, a calamidade da terceirização. Olhem, a partir do momento em que o Estado terceiriza, em que passa essa responsabilidade para quem não tem responsabilidade com o Estado, ele está abrindo mão da segurança nas unidades prisionais e está falando que o Estado não tem poder, não tem estrutura para combater a criminalidade.

Por que eu digo isso? O terceirizado, ele não tem porte de arma fora do seu serviço. O terceirizado tem baixos salários. O terceirizado não tem capacitação para lidar com o crime organizado, com o bandido, seja qual for a gravidade do crime praticado.

O terceirizado que sai do presídio sem a mínima condição de se defender e de defender a sua família, de falar “não” para um grande traficante, para um Fernandinho Beira-Mar, para um Marcola, para integrantes do PCC, será que esse terceirizado vai ter o respaldo do Estado quando ele sai do seu trabalho? Será que a família desse terceirizado tem o respaldo do Estado quando ele sai do seu trabalho? Não. Ele vai ficar à mercê da criminalidade, e aí fica fácil para ele dizer “sim” para o crime organizado, levar um celular, uma serra, drogas, armas.

E nós não podemos deixar de citar aqui também o grande mercado que é a terceirização no sistema penitenciário. Se hoje se gastam aproximadamente 2.000



ou 2.500 por cada interno, você pega uma empresa e por esse mesmo interno o Estado paga 4.000 reais? Infelizmente, nós estamos vendo aí as propinas, as porcentagens no que tange a contratos, a prestação de serviços para o Estado. Não justifica o Estado que gasta 2.500 querer gastar 4.000, 5.000 reais com um interno. Por que o Estado não pega esses valores e investe em educação? Por que não investe nessas pessoas antes de elas ingressarem no sistema prisional?

Então, Presidente, a terceirização é hoje algo que esta CPI tem que fiscalizar, cada contrato de terceirização feito no nosso País.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Presidente, e o sistema prisional do Distrito Federal, a que o senhor ainda não se ateve? O senhor ainda vai falar dele, não é?

O SR. LEANDRO ALLAN VIEIRA - Vou falar.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Porque até agora o senhor não disse nada.

O SR. LEANDRO ALLAN VIEIRA - Mas eu vou falar, tá? Vou falar de uma forma ampla, porque no Distrito Federal se fala, já se falou em terceirização. Nós fizemos essa discussão junto ao Governo e deixamos demonstrado que a terceirização nada mais era do que uma forma mercantil de alguém se beneficiar com aqueles contratos, porque ela não traria benefício nenhum para dentro das unidades prisionais. Hoje, no Distrito Federal, 100% dos servidores são concursados e têm alta capacitação. Quando eu falo em capacitação, não falo somente em abrir e fechar cadeado e fazer escolta, porque isso aí qualquer um faz. Se pegarmos uma pessoa que está passando neste corredor agora e dermos a ela um treinamento, ela vai conduzir o interno e ela vai abrir e fechar o cadeado. Estou falando de uma capacitação verdadeira, contradizendo, fazendo um contraponto ao meu colega que acabou de falar. Estou falando em trabalho, sim, para a melhoria daqueles internos, porque o sistema prisional tem a sua parte de segurança, e ele também tem, sim, uma parte humanitária. Agora, a parte humanitária, ela tem que ser explorada, a meu ver, de forma diferente.

No Distrito Federal nós temos 14.000 presos e temos aproximadamente 2.500 presos trabalhando. Por que não se usa o trabalho da massa carcerária para produzir para a sociedade?



Fazenda da Papuda. Nós temos ali manancial de água, água em abundância. Nós temos terra. Por que não colocar os presos para produzir verduras e legumes e abastecer escolas públicas? Por que não fazer com que esses presos façam a sua própria alimentação? Nos Estados Unidos já existem projetos de unidades prisionais geridas 100% pelo Estado, por servidores de carreira, que estão dando lucro. Por que nós não podemos implantar esses modelos aqui no nosso País? Temos uma fonte de mão de obra. Agora, infelizmente, nós não temos políticas públicas. O Governo, os Governos não trataram e não estão tratando o sistema prisional de forma séria.

É preciso rever este modelo de tratamento do sistema prisional, sim. O preso tem que produzir para a sociedade. Não é justo que nós paguemos 2.500 pela manutenção de cada interno. Esses internos já trouxeram um prejuízo imensurável para a sociedade, para as famílias, e ainda continuamos fazendo o seu custeio. Faltam políticas públicas nas unidades prisionais, políticas sérias, para, inclusive, trazer lucro para o Estado, explorando uma mão de obra.

Da terceirização eu já falei.

Quanto à questão dos agentes penitenciários, aqui no Distrito Federal nós temos o entendimento de que, além da parte de segurança, o agente penitenciário tem que estar envolvido, sim, em todas as áreas nas unidades prisionais. Inclusive na questão da ressocialização o agente penitenciário tem que estar inserido e tem que estar acompanhando, sim, passo a passo, porque esse é o diferencial da carreira.

Essa carreira, que, aliás, até hoje não foi vista pelo Estado, carece de uma regulamentação. Nesta Casa tramita uma PEC Casa. No Ministério da Justiça já existe um projeto de regulamentação da carreira, e até hoje o projeto não veio à baila, não veio para esta Casa, para a apreciação dos nobres Parlamentares.

Falar do agente penitenciário, das dificuldades, das ameaças... Eu não vou ser repetitivo, porque já se falou sobre isso. Eu entendo que a partir do momento em que o Estado não investe em sistema prisional, não investe em políticas públicas, está abrindo um grande espaço, Presidente, para o crime organizado, para a criminalidade crescer com mais força dentro das unidades prisionais. E nós não



podemos deixar as unidades se tornarem escritórios do crime e continuarem sendo usadas dessa forma.

Para finalizar, eu quero falar de três, quatro características do sistema penitenciário do DF. Hoje, as unidades do Distrito Federal são conhecidas como algumas das melhores do País, mas já vêm perdendo a sua característica. Por quê? Pela superlotação; pela falta de investimento em capacitação dos servidores; pela ausência de políticas públicas voltadas para a massa carcerária. E agora, infelizmente, é lamentável a postura do Governador do Distrito Federal, que vem falando em demissão de servidores, o que traz um prejuízo emocional para todos os agentes que ali estão.

Eu quero deixar um alerta para esta Casa, para esta Comissão e para os presentes e os pares que aqui estão: Goiás contratou mão de obra para a Polícia Militar. Nós tínhamos pessoas contratadas temporariamente trabalhando como policiais militares. Vejam que aberração! A pessoa prende o bandido, bate de frente com o criminoso e, daqui a 2 anos, o seu contrato é encerrado, e ela vai estar, como um cidadão, desprotegido, andando nas ruas da cidade.

Como reflexão, eu quero deixar para esta Comissão, para os presentes, três pontos: levar aos governantes, ao Ministério da Justiça, que o Governo tem que tratar o sistema penitenciário com mais seriedade, que tem que criar políticas públicas efetivas, de modo que a mão de obra do interno seja usada de forma plena; e que a carreira de agente penitenciário tem que ser regulamentada, porque é uma carreira muito antiga e até hoje não tem prestígio por parte do Governo e não tem reconhecimento, não tem regulamentação.

Então, são esses três pontos que eu quero trazer para a esta audiência pública, para a CPI.

E peço que esta CPI solicite cópias de todos os contratos de terceirização que existem em nosso País e faça um estudo minucioso dos gastos com sistemas nos quais não existe terceirização e dos gastos com o sistema em que existe terceirização e veja que ganho está havendo.

Aqui eu encerro a minha fala e agradeço a esta CPI pelo trabalho. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado.



Eu convido para vir à mesa o Sr. Gilson Pimentel Barreto, nosso último convidado.

Até que o Sr. Gilson ocupe seu lugar à mesa, eu só queria fazer uma correção ao Leandro. Eu sou autor dessa lei que possibilita que jovens de 18 a 23 anos de idade que não serviram às Forças Armadas possam servir nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros do Brasil fazendo serviços administrativos. Então, o cara não é policial; ele fica 2 anos, no máximo — é 1 ano, renovável por mais 1 ano —, ganhando até 2 salários mínimos.

Essa é uma lei de minha autoria, de 2001. Ela autoriza que os Comandantes das Polícias Militares recolham esses jovens, deem a eles o primeiro emprego, deem a eles uma formação e tirem dos quartéis os policiais, que foram treinados para combater o crime, e os coloquem nas ruas, para combater o crime. Enquanto isso, esse jovem que não recebeu uma formação militar pode exercer atividades administrativas.

Se Goiás estava colocando pessoal para a andar na rua, desvirtuou o objetivo, o escopo da Lei nº 10.029, de 2000, de autoria deste Deputado que lhes fala.

O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - Deputado Alberto Fraga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Pois não.

O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - Talvez V.Exa. tenha que fazer uma emenda a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Por quê?

O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - Porque vai ter que ficar de 16 a 23 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Ah, é. É verdade. É verdade.

Digo isso só a título de informação, porque realmente é preocupante isso aí.

Eu me orgulho muito de dizer, Deputado Edmilson Rodrigues, para os senhores terem uma ideia da grandeza dessa lei, que São Paulo — e o Deputado Major Olimpio sabe disso — colocou a mais, nas ruas, 12 mil policiais. É isso, Deputado Major Olimpio?



O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Isso aconteceu, mas daí a Justiça suspendeu a lei, por inconstitucionalidade, e acabou com a questão do soldado temporário em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Com o soldado temporário! Mas, para atividades administrativas, a lei continua valendo.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Não, mas com o soldado temporário, a Justiça acabou lá. Não existe mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É?

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - E agora vai-se fazer a contratação de terceirizados, inclusive, para operação do 190, o que é extremamente temerário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Pois é. Então, mais uma vez, a Justiça colabora com o País, não é?

Para finalizar a oitava dos nossos convidados, vou passara palavra ao Sr. Gilson Pimentel Barreto.

O SR. GILSON PIMENTEL BARRETO - Bom dia, Deputado, e todos os presentes.

É um prazer estar participando desta Comissão. Meus colegas que me antecederam eu acho que já descreveram o cenário do sistema penitenciário nacional e do estadual, não é?

O Daniel Grandolfo, que é do Estado de São Paulo — eu também sou de um sindicato de São Paulo —, falou muito bem da situação do sistema carcerário no Estado.

O sistema carcerário de São Paulo está à beira do caos. É um sistema hiperlotado, com uma defasagem, hoje, muito grande de servidores, e, no meu entendimento, o Governo do Estado vem caminhando para uma terceirização de mão de obra. Hoje, nós temos mais de 200 mil, 220 mil presos no Estado de São Paulo, com um número de cerca de 30 mil servidores. Os concursos que são abertos são demorados e, depois que são concluídos, muitos acabam não assumindo as funções, o que o Daniel também já disse. Nós vimos tendo essa dificuldade de reposição de servidores no Estado de São Paulo.

Diante desse cenário, o Estado de São Paulo caminha para um caos, e, no meu entendimento, isso ocorrerá num curto espaço de tempo.



Novas unidades prisionais estão previstas para serem inauguradas este ano, e o que acontece com o servidor é a realocação de servidores nas unidades. Há um tempo, as unidades operavam com cerca de 300 servidores; hoje, as unidades operam com a média de 170 servidores. Elas eram capacitadas para 800 detentos, e temos unidade com 3 mil detentos. Ou seja, constrói-se um espaço físico para abrigar, confinadas, 800 pessoas, marginais, pessoas que já romperam com o limite da cidadania, sem escrúpulo nenhum, e se colocam, em média, 2 mil, 2.500 pessoas para conviverem nesse ambiente.

Há prédios deteriorados, apesar do esforço que o Estado tem feito para reformá-los. Só que quanto mais caótica é a unidade prisional, quanto mais deteriorada, mais o criminoso gosta dela, porque aí ele vai ter onde fazer os “mocós”, como nós falamos na gíria, que são os locais que eles vão usar para esconder as suas contravenções e tudo mais.

Essa realidade, infelizmente, nós não vislumbramos que vá melhorar num curto espaço de tempo.

A questão de segurança dos servidores, como o Daniel já disse — e não adianta ser repetitivo, porque é a nossa realidade; nós vivemos isso no dia a dia —, é uma situação que, embora as entidades sindicais se esforcem junto ao Governo do Estado na cobrança por qualidade do servidor, do trabalho, da segurança, nós encontramos muita dificuldade para negociar com o Governo.

E a tônica de São Paulo é a de outros Estados. Nós temos Estados em que, infelizmente, a situação é pior até. Nós vemos presídios em que o preso está com facão, se digladiando em frente às câmeras de TV.

Então, se com o Estado hoje atuando a realidade já é desse nível, se vier a terceirização, como o Leandro disse — e é o que nós estamos vendo que os Governos estão pretendendo fazer —, vai chegar o momento em que o Estado vai ter muita dificuldade para retomar os presídios. No Rio de Janeiro nós também vemos que a segurança pública não tem muito controle da criminalidade, por mais que se esforce. Depois, para retomarmos o controle, não é fácil.

Nós esperamos que a CPI vá conhecer — o Daniel já convidou —, no Estado de São Paulo e em outros Estados, a realidade do sistema e que nos ajude a preservar o que temos ou até melhorar. O objetivo maior é que se melhore a



realidade, porque hoje estamos caminhando para um caos e depois vai ser muito difícil de reaver isso aí.

Como os meus colegas, que já falaram antes de mim, bem descreveram a realidade, tanto local quanto nacional, a minha contribuição aqui eu acho que seria mais no sentido de, quanto ao Estado de São Paulo, reforçar o que o Daniel já disse: que o sistema caminha para o caos, por conta da falta de servidores e de uma hiperlotação carcerária. Ou buscamos meios para rever isso com políticas públicas, como disse o Leandro, ou o Brasil e o Estado de São Paulo vão colher muitos agravos com essa situação.

Presidente, já encerrei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu agradeço a sua explanação.

Vamos ter que nos impensar aqui para que todos os nossos convidados possam falar e nós possamos fazer as perguntas.

Regimentalmente, foi feito o pedido do Deputado Fausto Pinato para falar como Líder. Eu vou conceder a palavra, como Líder, por 4 minutos, depois vamos fazer as indagações através do nosso Relator e dos Deputados inscritos.

Então, eu peço à nossa Secretaria que coloque mais cadeiras aqui, para que nós possamos...

Eu chamo os convidados para virem aqui à frente, sentarem aqui, fazerem parte da Mesa.

Obrigado, meu Vice-Presidente.

Senhores, eu vou conceder a palavra, como Líder, ao Deputado Fausto Pinato. Depois, na sequência, vamos ter o Deputado Busato, que está substituindo aqui o nosso Relator, é Sub-Relator também; depois, Major Olímpio, Laudívio, Silas, Edmilson Rodrigues.

Todos acomodados? *(Pausa.)*

Deputado Fausto Pinato, V.Exa. tem a palavra por 4 minutos.

O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - Sr. Presidente, Sr. Sub-Relator, colegas, convidados, eu queria agradecer a presença de todos os que contribuíram para este debate.



Mas eu queria fazer algumas ponderações, Sr. Presidente, porque nós aqui, até pela convivência, costumamos ser muito sinceros e francos e dizer que estamos aqui para ajudar.

Ouvi atentamente a palavra de todos vocês, que são heróis escondidos, vamos dizer assim, dentro de um sistema de segurança. Mas eu queria fazer duas indagações sobre a questão da má valorização do profissional — isso aí é público e notório, acho que todos nós aqui concordamos com isso — e a questão de especialista de segurança, que é um absurdo.

Alguns dias atrás, até o Presidente conversou algo comigo. Mais uma vez, Presidente, aquela sua ideia é importante: de mostrar, sim, que o Ministério da Segurança englobaria todas essas questões.

Quero dizer o seguinte: na verdade, ouvi atentamente todos falando. Participamos de outras Comissões. O que falta, na verdade, Presidente, é uma gestão compartilhada de todo o sistema de segurança, envolvendo sistema carcerário, envolvendo Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal. Nós conseguimos fazer isso na Copa do Mundo. Eu acho que o sistema carcerário, inclusive, tinha que ter uma inteligência muito especializada. Ela poderia, de certa forma, evitar muitos crimes, passar essas informações para uma inteligência, para a Polícia Militar, para a Polícia Civil, para brigarmos nesse sentido.

Mas eu queria aqui fazer uma observação a todos olhando no olho, porque aqui, como diz o Major Olímpio, é olho no olho, não é, Major Olímpio? Nós somos pessoas de palavra. Eu queria dizer uma coisa: na questão estatal hoje, se nós formos ter que resolver tudo, nós vamos ter uma série de dificuldades. Hoje, nós temos a Polícia Militar com dificuldade — nós temos aqui representantes que lutam muito, no caso do Major Olímpio —, a Polícia Civil, vocês.

Agora, eu queria que vocês olhassem e, lógico, defendessem, até porque vocês são sindicalistas, tão corretos nisso, e não podem também, de certa forma, deixar isso de qualquer jeito. Eu ouvi aqui algumas colocações: *“Não, porque terceirizado gasta mais”*, mas eu acho que temos que estudar uma proposta intermediária. Ou seja, vocês têm que ser valorizados, até porque vocês vão ser a inteligência do sistema carcerário, porque vocês são concursados. Agora, não podemos também — não estou falando para ficar do jeito que está aí — esconder



com a peneira a possível terceirização, mas uma terceirização onde, de certa forma, seja valorizado esse profissional concursado. Que ele possa, de certa forma, colaborar com isso, fiscalizar, inclusive em nome do Estado, porque, se houver uma terceirização — eu acho que falta muito mais fiscalização, e vocês são do Estado —, eu gostaria que vocês...

Eu recebi aqui do colega vários argumentos contra a terceirização. Eu vou ser sincero com o senhor, colega: eu sou a favor da terceirização, mas não uma terceirização como aí está. Eu acho que a terceirização hoje, inclusive, é uma maneira de desafogar o Estado e poder valorizar esses profissionais, principalmente na questão estrutural, porque o sistema carcerário hoje está falido, o Governo está falido, e nós não temos braços hoje para poder fazer isso.

Agora, fala-se assim: *“Ah, tem que ter lucro.”* Quem dera se tivesse lucro e resolvesse o sistema penitenciário! Porque o que acontece é o seguinte: da mesma maneira que há argumentações pró e contra... É importante a tua colocação, colabora muito, de que esse pessoal não tem preparo. Quer dizer, o terceirizado tem que ser preparado. Aliás, vocês vão ser, talvez, o braço para preparar esse pessoal. Vão precisar muito de vocês para fiscalizar, inclusive porque vocês são concursados.

Agora, querer mudar o sistema carcerário, com a crise em que o País está hoje, sem pensar numa terceirização, isso aqui, Fraga, no final, vai acabar igual à outra: não vamos conseguir nada, porque, na verdade, as parcerias público-privadas são importantes, sim. É um sistema inovador. Mas eu não conheço os contratos, não sei como é a questão terceirizada, vamos estudar. Agora, nós podíamos adequá-la a um meio termo. O mais importante aqui é a valorização de vocês, profissionais, porque vocês especialistas em segurança e em sistema carcerário. É esse modelo que nós temos que tentar adequar: a valorização desse pessoal preparado, desse pessoal herói, escondido. Eu ouvi o pessoal falar do Batman. Cheguei a dar risada. Mas é verdade, porque ninguém vê vocês! Eu concordo plenamente que isso está errado.

Batemos muito na questão da gestão compartilhada. Agora, temos que tentar achar um meio termo nessa discussão, para que possamos, sim, dar uma resposta à sociedade.



O Major Olímpio, algum tempo atrás, comentou uma coisa: que um Secretário fazia um sistema de inteligência junto com os malandros que estavam presos e funcionou. A maioria do comando, hoje, da bandidagem lá fora vem de dentro dos presídios. Agora, é inadmissível também pegar celular em presídio hoje! É uma vergonha! Isso aí não tem como, Fraga! Não é possível que não deem conta de resolver isso!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É.

O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - Quanto à questão da terceirização ou não, sabemos que também há muitos agentes — não a grande maioria, que são trabalhadores — que podem criar intimidade, podem se corromper, como o terceirizado. Na verdade, vamos ter que achar um meio termo para que possamos, de certa forma, Fraga, conseguir uma solução para esse tema. V.Exa. é um Presidente atuante, V.Exa. está agarrando isso aqui, como se diz lá na minha terra, no chifre do boi.

Nós precisamos dar uma resposta à sociedade, mas nós precisamos que vocês nos ajudem a construir uma proposta intermediária nesse sentido, para que possamos não fazer isso virar uma briga de carreira apenas, porque já passou da hora de vocês serem reconhecidos na questão de segurança, mas que possamos, juntos, dar uma resposta para a sociedade.

Muito obrigado.

Parabéns a todos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Obrigado, meu Sub-Relator.

O Deputado Fausto Pinato é Sub-Relator exatamente das questões de terceirização dos presídios.

Eu quero dar a minha opinião bem clara a todos os senhores que são os operadores desse sistema. O sistema está falido, todo mundo sabe disso, todo mundo sabe disso. Eu acho que um momento de tanta tragédia não é momento de também ficar preocupado com a questão de perda de espaço, porque ninguém vai perder poder, ninguém vai perder espaço. O que nós queremos é, primeiro, ressocializar um preso, para reintegrá-lo na sociedade, e não ficar enxugando gelo, como é hoje! Desde que eu era adolescente diziam: *“Olha, o cara entra ladrão de galinha, sai ladrão de bancos, e nada é feito!”* A minha opinião é: quem tem que



cuidar de preso, perdoe-me, não é polícia, não; é alguém capacitado — alguém falou isso aqui. O Estado tem que investir na capacitação desse profissional, para que ele atue mais como um reeducador do que como repressor. A repressão tem que ser feita lá fora.

O SR. DANIEL AGUIAR GRANDOLFO - Presidente, e a segurança?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Hein?

O SR. DANIEL AGUIAR GRANDOLFO - E a segurança do presídio, como que fica?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Como assim, a segurança do presídio?

O SR. DANIEL AGUIAR GRANDOLFO - A parte de segurança do presídio. Se o agente vai fazer o trabalho de ressocialização, e a parte da segurança, de apreensão de drogas, escolta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Sim, mas aí você coloca alguém exatamente especializado para isso.

O SR. DANIEL AGUIAR GRANDOLFO - Terceirizado também?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não! Não!

O SR. DANIEL AGUIAR GRANDOLFO - A segurança também ficaria terceirizada?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não. Nós não estamos falando nem em terceirizar. Estamos falando outra coisa: que o sistema está tão falido, e não adianta vocês ficarem... Vocês são sobreviventes. O sistema em Brasília, eu acredito, funciona melhorzinho; em São Paulo, pela força do dinheiro, funciona precariamente. Mas vá ao Rio Grande do Norte, para você ver o que acontece lá!

Eu estou falando aqui, gente, porque eu fui... Na minha primeira legislatura, tinha um Deputado aqui do PT chamado Marcos Rolim, lá do Rio Grande do Sul. Nós fizemos aqui a caravana dos presídios. Eu conheci todos os presídios do Brasil e vi que desde 2000 até hoje — 15 anos se passaram —, a coisa só piorou. E lá eu vi... Chegamos a um determinado estabelecimento prisional, Augusto, e você sabe quem ganhou a licitação? Uma empresa terceirizada que mexe com limpeza!



Serviço de limpeza é que ganhou o serviço para “reeducar” — entre aspas — o preso.

Nós não temos como falar em reeducação ou agentes penitenciários sem, em primeiro plano, você ter uma categoria, em todo o Brasil, em todo estabelecimento prisional, funcionando como agente penitenciário ou outro nome que queira se dar. *(Palmas.)*

Polícia Penal ou algum outro... Tem que ser por aí! Nós temos que iniciar a coisa, mas eu não posso chegar ao Rio Grande do Norte e ter lá um vigilante, chegar ao Rio Grande do Sul e ter um cara capacitado; ir para Sergipe, ter um cara lá que trabalha com... sei lá! Não funciona! E não adianta aqui ficar tirando exemplos isolados, que funcionam em tal lugar, e no resto, nos 26 Estados brasileiros, não funcionam.

Nós temos no País 1.200 e poucos estabelecimentos prisionais.

O SR. DANIEL AGUIAR GRANDOLFO - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu não estou dando ainda a palavra ao senhor, não.

O SR. DANIEL AGUIAR GRANDOLFO - Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Os Deputados vão fazer os questionamentos e, aí, eu quero que vocês...

Eu confesso a vocês que eu esperava mais. O Daniel foi mais um pouco contundente. Mas eu esperava ouvir de vocês mais coisas, mais coisas, como, por exemplo, quais as propostas que vocês têm. Só falaram aqui...

Eu vou passar a palavra ao Relator, porque o Presidente aqui é um juiz amordaçado.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não. Você teve o seu tempo para falar. Depois, se for feita pergunta para você, aí você responde, sem nenhum problema, e depois, evidentemente, nas considerações finais.

Eu esperava — é minha opinião de Presidente da CPI — ouvir de vocês aqui o quadro caótico, trágico, falido do sistema prisional. Mas muita gente só se preocupou aqui em falar em criar uma polícia, polícia, polícia, como é o Brasil: tem muitas leis, e nenhuma funciona.



Eu vou passar a palavra ao Relator, então.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Obrigado, Presidente.

Primeiro, eu quero cumprimentar todos os Deputados aqui presentes e os convidados também. Quero agradecer a vinda de todos os convidados aqui para fazerem as suas explanações.

Eu concordo com o Presidente. O que eu acho que nós temos que fazer aqui na CPI... Os problemas prisionais do Brasil inteiro, nós sabemos de cor e salteado. A outra CPI já fez um relato do quadro trágico que nós temos no Brasil.

O que nós gostaríamos de vocês aqui, sim... Nós sabemos que o sistema penitenciário está lotado, duas, três, quatro vezes a capacidade da lotação, e isso não é só em São Paulo, isso é no Brasil inteiro. Em Porto Alegre, nós temos o Presídio Central, que é um horror! Os agentes penitenciários são torturados, espancados em São Paulo. O que é isso aí? Isso é falta de uma arquitetura adequada para um presídio. Muitos presídios estão ainda com a concepção de 50 anos atrás, quando o preso era conduzido pelo braço pelo agente penitenciário para ir almoçar, para ir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Quando o preso tinha medo do Estado. Hoje não tem mais.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Quando o preso tinha medo, exatamente. Hoje não é admissível o contato físico do agente penitenciário com o presidiário. Nós temos hoje vários exemplos no Brasil de presídios construídos já com a concepção moderna, onde o preso caminha em cima, numa galeria, com portas corrediças, automáticas ou manuais mesmo. Mas o preso não tem contato. Há presídios no Brasil, Pinato, que, com dois, três agentes, cuida-se da...

Vou dar o exemplo do Presídio Central de Porto Alegre. Precisa de uma imensidão de brigadianos. Lá é o brigadiano que faz a segurança e a gestão do presídio, o que é errado também. Só o custo desses agentes, dos brigadianos, dá para construir um presídio a cada 5 ou 10 anos!

Então, nós estamos botando dinheiro fora. Na maioria dos presídios brasileiros hoje, o custo do contingente de pessoas que trabalham dentro do presídio pagaria um novo presídio em um curto espaço de tempo. Então, o que falta, realmente, é uma política correta do Estado, da União, enfim, nessas questões.



Com relação à questão de o *scanner* da Penitenciária 2 de Presidente Venceslau estar parado, por que ele está parado? Aí tem coisa, não é? Aqui, ninguém quer falar, mas todo mundo sabe por que ele está parado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Porque o PCC deu ordem.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Deve ter sido alguma coisa desse tipo, provavelmente, porque, se o *scanner* funcionar, não entra nada, já está provado que não entra coisa nenhuma. Então, o que falta, de repente, é isso.

Por que têm medo de cumprir a ordem de botar um *scanner* desses? Porque o agente está lá junto com o preso. Se começar a funcionar, em dois toques, acontece o que todos nós prevemos. Então, falta uma política realmente.

Eu não vou aqui comentar o que cada um falou. Mas o que eu gostaria, como Relator, representando o Deputado Sérgio Brito, que é o Relator-Geral, é que vocês preparassem um material curto. Eu até agradeço a federação que mandou esse material, que eu vou passar para a nossa assessoria técnica. Eu gostaria que vocês preparassem um material curto, objetivo, relatando principalmente soluções.

Vocês podem, evidentemente, relatar os problemas, mas junto com eles tragam uma proposta de solução, para que nós possamos, no final dessa série de audiências, fazer uma reunião com os Deputados que fazem parte da Comissão, a Deputada Carmen, que representa aqui a parte do relatório feminino, propor, diferentemente da outra CPI, em que foi feito um levantamento bastante grande, amplo — eu vou elogiar aqui o trabalho da outra Comissão, da qual eu fiz parte também, era Sub-Relator —, mas, ao fim, ao cabo, não foi levada a efeito nenhuma proposta prática, porque nós não tivemos uma proposta efetiva de soluções. Então, queremos — este é o desejo do Presidente Fraga, este é o desejo do Relator — encerrar esta CPI com propostas objetivas e práticas.

O Deputado Pinato vai fazer um relatório sobre a questão da terceirização. Quando falamos aqui em terceirização, não é a terceirização do agente penitenciário, que é trabalho do Estado, que é uma obrigação exclusiva do Estado. Não é sobre isso que nós estamos falando. Nós estamos falando aqui em hotelaria, estamos falando aqui em outras coisas, até na construção dos presídios, até nas parcerias público-privadas, por que não? Estamos falando sobre a parte física, a parte estrutural do presídio, a gestão dos presídios. E pode ser terceirizada, sim,



essa questão de socialização do preso. Isso pode. Mas é claro que a atividade de vocês ninguém está questionando aqui, porque isso é inerente ao Estado.

Então, eu acho que é esse o objetivo — não é, Pinato? O Pinato está concordando conosco.

O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - Eu peço um aparte, Relator. Na verdade, o que nós queremos é que vocês tragam o que vocês vivenciam lá e quais as soluções que teriam que ser tomadas, entenderam?

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - É isso.

O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - E dentro da questão da terceirização, tentem pensar numa proposta, como o Relator disse, que traga uma solução, e não pensem “*Ah, não pode*”. Vamos construir juntos um mecanismo que possa, de certa forma, valorizar V.Sas. É importante vocês trazerem isso para nós, porque nós até podemos, no meio do caminho... Nós vamos ter que propor leis talvez, com estudo da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Exatamente isso. Alguém aqui falou do raio do contato do preso. Então, o que eu imagino? Se eu sou agente prisional, eu digo assim: “*Olha, não pode haver esse contato. Nós precisamos que sejam construídos presídios onde a automatização seja obrigatória.*” Essa é uma proposta que podemos fazer para seguir um caminho. É isso que nós queremos de vocês. Vocês é que são os operadores.

Eu trouxe o DEPEN aqui. Pelo que eu vejo, o DEPEN é mil maravilhas. Lá só tem 560 presos. Agora, vá lidar com 560 mil para ver o que é bom. Então, o exemplo de lá é o que pode ser seguido pelos Estados. Mas, para isso, tem que ter pessoal qualificado, etc.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Quer ver uma coisa, Fraga?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Vamos às perguntas, senão, nós vamos fazer um debate e não vamos sair daqui.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Só para encerrar, eu vou dar um exemplo. Em Canoas, minha cidade, nós construímos um presídio agora com 2.880 vagas, para transferir gente do Presídio Central, que está superlotado.



Sabe o que está faltando, Fraga? A contrapartida do Estado de 1 milhão e 400 mil reais. O presídio está pronto, parado, com 2.880 vagas. Então, é uma vergonha, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Pois é. A imprensa tinha que estar preocupada era com isso. Ir lá e denunciar isso, para poder o Governador tomar vergonha e fazer alguma coisa.

Dando sequência, então...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Peço, então, que tragam um resumo das propostas de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É importante para nós, entendeu?

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Sim. Mas manda para nós, está bom?

Deputado Major Olímpio.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero saudar os nossos convidados e agradecer pela colaboração, sim.

Eu entendo que o lado corporativista que todos nós representamos é como tentar arrancar um pedaço da Polícia Militar. Briga comigo na hora!

Então, não vamos querer ser mais realistas que o rei, não, porque, se vocês aqui, como sindicatos, não defenderem a profissão com unhas e dentes, de todas as formas, vocês estarão perdendo, logicamente, a representatividade. (*Palmas.*) Então, para mim, se precisar fazer... Eu defendo o ciclo completo de polícia. Por quê? Porque eu entendo que deva ser, para o atendimento da população, melhor.

A concepção que nós temos... E aí cabe à CPI com as sugestões ou não, com a contrariedade que lhe é própria. Por que o sistema de segurança pública não funciona no nosso País? Porque em 28 anos da Constituição, não foi regulamentado. Nós brigamos tanto no aspecto corporativista, que nós nos esquecemos do objetivo principal, que é o atendimento melhor para a população.

Quando eu vejo a Polícia Civil e a Polícia Militar brigando, eu falo: “*São dois carecas brigando por um pente.*” Não sabem, não vão ter o que fazer e não vai funcionar para nada. É aquela briga do nada para lugar nenhum.



Quando se fala na criação da estrutura de Polícia Penal, não tem mais cabimento no nosso País nós darmos a obrigação de fazer as escoltas, estar na via pública, levar para atendimento hospitalar e não dar ao agente público do Estado uniformizado e armado a condição e o poder de fiscalizar documentos ou eventualmente condutas suspeitas. Não adianta! Roupa... *“Mas a Polícia Militar abarca isso.”* Não abarca, coisa nenhuma! Em São Paulo, a luta nossa é para desonerar a Polícia Militar das suas escoltas. Quando o Antônio diz, é a máxima das escoltas: *“A escolta é nossa!”* Falam exatamente com vigor em relação a isso.

Eu gostaria que vocês se posicionassem. Eu não creio... Eu não estou vendo essa ausência de conteúdo, não. Falta de ânimo e falta de conteúdo eu estou vendo da CPI. Perdão, Presidente, mas o próprio Relator não está aqui.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Desculpe-me. O Relator tinha um compromisso e pediu para que eu estivesse aqui hoje. Estou substituindo-o hoje.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Deputado Busato, eu entendo. Desculpe, mas eu vejo isso aqui como uma rara oportunidade de realmente fazer funcionar ou alertar a sociedade para o que está acontecendo.

Então, até eu gostaria que, passando a eles... Não é o momento do nosso debate ou embate, mas muito mais de aproveitar a presença dos representantes aqui para que eles pudessem até nos esclarecer primeiramente isto: facção criminosa mandando dentro de presídio é ficção, lenda urbana, ou é realidade?

No Estado de São Paulo, o PCC não existe. Se perguntarmos para o Governador de São Paulo: *“Existe o PCC?”* Ele vai responder: *“Não. Isso é coisa que foi fabricada pela mídia, estimulada pelos funcionários do sistema prisional. Mas isso não existe. Nós temos um completo controle dos presídios. Estamos sem fuga há muito tempo. Há paz e equilíbrio.”*

Por denúncia de servidores, eu requisitei — até faz parte da CPI — informações. Só em dois presídios, CDP de Pinheiros e Belém, 70% dos aparelhos celulares apreendidos são apresentados no distrito policial sem o *chip*, com a conivência da alta administração. Não é o funcionário que vai prover isso aí. No momento em que chegaram as informações, Sr. Presidente — estão anexas na CPI, só para consulta —, a Polícia Civil me mandou 1.500 boletins de ocorrência. O sistema prisional me disse que não tinha nada. Mil e quinhentos boletins, 5 mil



celulares apreendidos, 75% sem o *chip*. Todos os presos são loucos que falam com a caixinha de plástico.

Então, eu gostaria até que eles pudessem, e se estimulassem, falar com o coração realmente sobre o dia a dia e o desespero.

Eu gostaria de saber aqui como é que é... E aí nós temos no Brasil todo serviço altamente estressante. Eu tenho o desespero dentro de casa. Meu pai hoje está com sequelas de um AVC em função de tensão nervosa da atividade dentro do sistema prisional. Então, eu sei como é que é. Sindicatos já trouxeram aqui para o meu conhecimento o fato de que um funcionário ficou refém na Penitenciária de Presidente Venceslau por 36 horas. Quando cinco presos foram degolados e queimados, porque tocaram fogo, saiu matéria para o mundo todo! Um dos funcionários ficou como refém; eles passavam, durante 30 horas, a cabeça de um dos mortos no corpo dele. Esse moço ficou 7 anos em licença para tratamento de saúde. Ele não conseguia... Ele ia ingressar dentro de um presídio? Tem incontinência de fezes, urinária, desespero, choro compulsivo. Quer trocar com ele a situação? Qualquer um dos machões nossos não vai querer suportar isso, e ele nunca foi tratado pelo Estado. Nunca! O tratamento é o da licença de tratamento.

Então, eu gostaria que também pudessem discorrer sobre isso. Discorrer sobre o fato de que, em São Paulo, fez-se o milagre da multiplicação das vagas carcerárias. Hoje há 130 mil; mas havia 115. Transformaram todas as áreas dentro do presídio, que eram destinadas à enfermaria e a uma série de coisas, em vagas prisionais. Eu gostaria que discorressem sobre isso também, que dissessem exatamente como é que funciona esse dia a dia dentro do presídio, a pressão das facções. Eu gostaria que o pessoal de São Paulo também abordasse conosco como é feito ou quais são as informações que têm a respeito da inteligência no sistema prisional. Em determinados momentos houve uma linha que disse: *“Deixa entrar o celular. Nós o monitoramos por fora e pegamos a quadrilha quando for agir.”* Teria sido isso um bom resultado? Ou, Daniel, 20 mortes por ano têm muito a ver com isso? Nós ficamos tentando nos antecipar para ver onde vai agir a quadrilha; não conseguimos chegar, e eles estão indo matar o agente penitenciário e o diretor do presídio na porta de casa. No ano passado nós tivemos três agentes penitenciários, três funcionários do sistema, na Praia Grande, executados no mesmo mês. O diretor



do presídio tinha tanto tiro de 556, um fuzil AR-15, no corpo dele, que não dava para ver onde tinha bala, entrada e saída, e pedaço do corpo.

Então, agradecendo a todos os senhores, eu gostaria que, se pudessem, se aprofundassem, para a gente, nessa questão do crime organizado, nessa questão das saídas temporárias; nessa questão da avaliação dos senhores sobre a conduta do preso — não é a avaliação da administração e a anos-luz da interpretação da Justiça.

Nós colocamos, como foi colocado em São Paulo, 38 mil presos na saída temporária do Dia das Mães — 38 mil! —, e 9% não retornaram; 3.600 presos estão fora. Que os senhores pudessem dizer exatamente qual é o sentimento e a avaliação dos senhores e o que poderia ser feito em concreto para que nós pudéssemos, através de legislação, através de alteração de estrutura... Finalmente, qual é a visão dos senhores e se os senhores têm essa visão do funcionamento do Departamento Penitenciário Nacional.

O SR. ANTÔNIO PEREIRA RAMOS - Deputado, só uma permissão. Eu gostaria, se possível, que mostrasse o vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não se permite agora essa...

O SR. ANTÔNIO PEREIRA RAMOS - Era um complemento do que o senhor estava falando o vídeo que eu trouxe das matérias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Ele vai encerrar, inclusive, porque está todo mundo preocupado com o horário. Eu pediria até ao Deputado... Ele tinha 10 minutos. Só faltam 2 minutos para ele encerrar. Depois os Parlamentares vão falar, e cada um da Mesa vai anotando as perguntas dos Parlamentares.

O SR. ANTÔNIO PEREIRA RAMOS - Presidente, é que o vídeo é muito importante, sobre aquele assunto que eu trouxe eu não consegui falar. Eu trouxe o vídeo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O senhor aguarda um pouco, e a gente o mostra depois.

O SR. ANTÔNIO PEREIRA RAMOS - Tudo bem.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Exatamente isso, porque veio aqui a estrutura do Departamento Penitenciário Nacional, mostrou alguns quadros, só que



sai de nada para lugar nenhum, na minha visão. Há até Estados que não passam nem as informações do números de presos cadastrados. Estão pouco se lixando para o tal de Departamento Penitenciário Nacional, que vem aqui e diz: “*Olha, nós temos a condição da fiscalização e da monitoração*” e uma série de coisas. Eu não vi nada de concreto, pelo pouco que eu sei; eles sabem, vivem isso o dia todo. Se eles sabem onde funciona isso, qual é a interferência que têm em relação à administração dos presídios?

Pelo fato de vocês, sindicalistas, levarem essas condições adversas para o trabalho dos servidores, tem alguma válvula no DEPEN — Departamento Penitenciário Nacional em que os senhores são ouvidos, em que são processados os reclames? Há solução em relação a isso?

É com isso que encerro minhas considerações, Presidente. E depois, nas respostas, o Antônio pode colocar o vídeo dele como resposta. Acho que não tem problema nenhum. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Com certeza, faremos isso. Muito obrigado!

Bem, eu também estava inscrito para falar, como autor do requerimento, mas vou abrir mão das minhas perguntas, porque eu acredito que os Parlamentares farão essas perguntas.

Eu só deixo aqui essa frase a todos vocês sindicalistas, que eu respeito — e digo que vocês é que são os verdadeiros operadores do sistema. Então é de vocês que nós temos que extrair as coisas —; antes que alguém aqui fique com vontade de ser polícia ou não ser ou não sei o quê, eu só queria deixar esse recado: em nenhum lugar do mundo polícia cuida de preso. Em nenhum lugar do mundo. Polícia prende!

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não, mas lá...

(Não identificado) - Todos os lugares do mundo, Deputado, *(ininteligível)*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Lá eles não são reconhecidos. Não é a mesma polícia, como os carabineiros. Não!

(Não identificado) - São! São iguaizinhos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não! São segmentos. É como existe uma polícia com segmento fardado, um investigativo, um que vai cuidar do ...

(Não identificado) - Tem investigativo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - ...mas polícia mesmo, não. Não existe. A informação segura é de que não existe País... A não ser a Bolívia. Se não me engano a Bolívia, que o Major Olimpio estava falando.

Eu estou falando isso, porque há essa ânsia, essa vontade por um sistema prisional policial, e não será por aí que nós vamos chegar a um resultado satisfatório para a população. Eu acredito que nós temos que ter segurança. Outra coisa — e que fique muito claro —, quando se exerce o poder de polícia: o poder de polícia não é só a polícia que o tem, o poder de polícia tem qualquer funcionário público no exercício daquela profissão.

(Não identificado) - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Isso é o poder de polícia, estou certo? Então isso é bobagem. “*Ah, eu quero ser polícia*”. Não, qualquer servidor público, no exercício da sua função, se ele for fazer qualquer tipo de proibição, de forma coercitiva ou não, isso é poder de polícia. Não confundam poder de polícia como poder da Polícia, porque é diferente. Por isso vou deixar, na verdade, que os Parlamentares façam seus questionamentos.

Com a palavra o Deputado Laudivio Carvalho, que tem 5 minutos.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - Presidente, quero apenas agradecer a presença de todos aqui. Eu conheço bem o sistema prisional principalmente no meu Estado. O Fernando Ferreira da Anunciação conhece o nosso trabalho lá. Sempre tive como lema que “*lugar de bandido é na cadeia*”, e bandido tem que estar é preso mesmo, mas tem que haver a valorização dos profissionais.

Quando eu ocupava cargo de chefia na extinta Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, eu era contrário a que a Polícia Civil tomasse conta de presos. Quem prende não pode tomar conta. Quem prende não pode tomar conta. Mas é preciso que haja uma valorização dos profissionais; é preciso que haja reciclagens periódicas dentro dos presídios; e é preciso, além disso, que



as associações, os sindicatos e as federações, consigam diagnosticar os grandes problemas .

Minas Gerais hoje, Presidente, vive um caos no sistema penitenciário. Delegacias foram extintas há alguns anos, criaram os Centros de Remanejamento de Presos, chamados CERESPs — Centro de Remanejamento do Sistema Prisional, que foram interditos pela Justiça, pelo Ministério Público e pelo Judiciário. Existem as penitenciárias com problemas. A minha cidade, por exemplo, Bocaiúva, se alguém chegar lá e chutar a porta da cadeia, os presos vão fugir, porque a cadeia vai cair. É um grande problema. E quem garante a segurança de quem está tomando conta dos presos? De que maneira?

Então é preciso que as associações, os sindicatos e as federações se unam em busca de um diagnóstico para que nós tenhamos esse conhecimento.

O que o Presidente disse é pertinente, assim como o que disseram o nosso Sub-Relator e os nossos companheiros, mas é preciso que tenhamos a responsabilidade de entender que vivemos um caos neste País em termos de segurança pública; é preciso nos debruçarmos sobre esse assunto com mais propriedade, com mais afinco.

Eu digo aos senhores, de coração aberto, que esperava mais dos palestrantes aqui. Eu esperava que números viessem, que informações mais contundentes aparecessem, até porque o Deputado Alberto Fraga, que é o Presidente, e eu, que sou o Vice-Presidente, já estamos traçado metas para visitas a alguns Estados, e era preciso que nós tivéssemos substância maior para que então já direcionar esses trabalhos.

Muito obrigado, Presidente. Agradeço também a presença dos senhores aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputado.

Deputado Silas Freire com a palavra. V.Exa. tem 5 minutos.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados senhores convidados, na realidade a gente pratica no País alguns equívocos que acabam desaguando em setores da sociedade. Por exemplo, a política de segurança pública.

Este País ainda não definiu qual é a sua política de segurança pública. Imagina-se que a segurança pública se encerra na hora em que se prende, na hora



em que se condena. Ora, este é um País onde não se tem pena de morte, onde nós temos que ressocializar e devolver à sociedade aqueles com débito à sociedade que a Justiça condenou — não é verdade? É verdade.

Mas o tempo passou, Sr. Presidente, e agora, para piorar a situação, o crime está dentro dos presídios; isso é uma realidade. Então se o crime está dentro do presídio, eu discordo de V.Exa., nós precisamos, sim, ter uma política penal. *(Palmas.)*

Ora, hoje, para determinado detentos é melhor estar dentro de uma penitenciária, onde ele está protegido pelo Estado, do que comandar o crime de fora de lá. E quem vai investigar isso, lá? A polícia penal. É assim que eu penso, eu não tenho outro pensamento. Ela é a única saída que temos para começar a combater o crime organizado que hoje está com seus escritórios muito mais estruturados nos presídios do que nas ruas. Esse é o meu humilde pensamento.

Mas nós temos que lidar com política de segurança pública, nós precisamos de recursos. Eu tenho um PL tramitando nesta Casa. Esta Casa já aprovou, no ano passado, se não me falha a memória, a redistribuição dos *royalties* do petróleo, que hoje está judicializado. E, mesmo na redistribuição aprovada por esta Casa, não havia recurso nenhum para a segurança pública, era 75% para a educação e 25% para a saúde. Estou propondo pelo menos 20% para a segurança pública, para que nós possamos bancar a segurança pública.

Por que este País não quer fazer política de segurança pública? Porque política de segurança pública custa ao País. E o País continua se enganando e empurrando a segurança pública com a barriga; não se quer apontar de onde tem que vir os recursos para a segurança pública. Encontrou-se uma saída para a saúde, boa ou ruim, mas encontrou-se o Sistema Único de Saúde; encontrou-se uma saída, boa ou ruim, para a educação, o FUNDEB; e para a segurança pública não se procura uma saída. Nós temos que procurar essa saída, senão nós vamos para o caos completo.

É aquela coisa, *“nós não podemos nos preocupar com segurança senão estaremos assinando um atestado de que a educação não funcionou”*. Até quando nós vamos nos enganar dessa forma? Essa é a grande verdade. Nós não vamos melhorar a nossa educação amanhã, depois de amanhã. Não adianta, porque não



dá para a gente revolucionar amanhã ou depois de amanhã. Esse é um processo. Enquanto isso não acontece, os frutos da má educação estão nas ruas, e as nossas polícias estão levando-os para os presídios. E piorou, agora eles fazem os cartéis deles lá dentro.

Então a gente precisa correr, urgentemente, atrás dessa questão da política pública de segurança, porque, como bem disse o Major — o comandante do DEPEN esteve aqui e só falou em gastos, não falou em investimentos —...

Por exemplo, os agentes penitenciários do meu Estado estão numa luta para construir Academia de Formação de Agentes Penitenciários, que nós não temos no Piauí. Eu fui ao DEPEN, e o DEPEN disse que não tem recurso para isso, não, que tem recurso para penitenciária. Se quiserem construir uma penitenciária, eles têm dinheiro. Quer dizer, eles têm dinheiro só para gastar; para investir, eles não têm. Não se investe na ressocialização.

Eu concordo com o sindicalista que disse que a ressocialização não pode ser feita pelo agente; eu concordo sobre as dificuldades que eles enfrentam. Discordo dos senhores quando abominam a ideia da terceirização. Eu acho que a Polícia Penal e a terceirização podem andar juntas, com certeza. Vocês, com o poder de investigação, terão o controle total dos terceirizados que estarão no presídio — pensem nisso, analisem isso. Então, é um caminho.

Agora, a pergunta que eu deixo — e aí eu preferiria dirigi-la ao sindicalista de São Paulo — é a seguinte: o Estado hoje é refém do crime organizado nas penitenciárias? Essa é a única pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputado Silas Freire.

Dando sequência, concedo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, a gente sempre tem a expectativa de obter mais informações e informações mais detalhadas, mas eu acredito que o leque de exposições, algumas das quais eu pude assistir, cumpre um papel importante aqui. Eu acho que, depois, o desafio proposto pelo Presidente deve ser atendido. Precisamos fazer um esforço para colocar no



papel, de forma muito resumida, mas ao mesmo tempo detalhada, os problemas existentes. Se a gente vai visitar, é importante saber.

Mas algumas coisas foram faladas. No caso de uma penitenciária na qual há presos de alto risco, com o poder de comando de organizações criminosas reconhecidamente poderosas, se há, digamos, equipamentos que reduziriam riscos de ingresso de armas, de celulares, que possibilitam fugas e rebeliões, por que não usar? Então, essa informação é importante. Se os demais, por algum motivo, não têm conhecimento... Mas se têm conhecimento e não se sentiram à vontade para falar... Porque existe isso também: se a gente reconhece que há governantes com medo de instalar um equipamento, há que se dar o direito ao sindicalista e ao funcionário, digamos, de não querer expor tudo aqui. Então, acreditando que há informação, que façam. E a Comissão dá o sigilo necessário para proteger os funcionários.

O Deputado Luiz Carlos Busato traz uma preocupação importante, que eu acho que pode ser uma contribuição. Eu até já fiz referência a isso. Hoje, qualquer Prefeitura tem autonomia para fazer o seu projeto de hospital, de UPA; mas ela tem que obedecer a certas normas que são, em geral, da arquitetura, e a normas hospitalares que são adotadas pelo Ministério da Saúde. Não adianta querer fazer diferente, que não vai haver aprovação. Então, nós não vamos poder dizer como o arquiteto tem que fazer a fachada daquela penitenciária. Mas há certas orientações arquitetônicas vinculadas ao sistema penitenciário que devem ser obedecidas. E esse esforço, a meu ver, deve ser feito a partir do que o mundo tem a nos oferecer e a partir de como as nossas penitenciárias, comprovadamente mais seguras no sentido amplo — segurança ao preso, segurança ao trabalhador e segurança à sociedade —, podem ajudar a construir esse manual a ser obedecido por todos os sistemas estaduais.

Naturalmente, nós não vamos ter na CPI solução para todos os problemas. Mas há uma coisa importante, que foi levantada aqui por todos os sindicalistas, que é a necessidade da profissionalização. E aí eu tenho posição contrária: eu votei contra a Lei das Terceirizações. Mas há uma coisa também que tem que ser reconhecida: já há terceirização no Brasil há muito tempo, e no sistema penitenciário muitas coisas estão terceirizadas. Eu acho que esse é um esforço que a nossa CPI



pode fazer. Por exemplo, há tarefas que são de Estado, que são aquelas atividades-fim; e outras, atividades-meio.

Se há uma empresa fornecendo alimento, se ela produz o alimento em parte dentro da penitenciária e se ela pode envolver o preso até como forma de garantir a ele direitos e ressocialização, isso já ocorre em vários Estados. Agora, é claro que o agente penitenciário, na minha avaliação, é função de Estado. Eu estaria hoje mais pendente a concordar com o Presidente, segundo o qual não é necessário dar ao agente penitenciário o papel de policial. Se ele for um profissional, se a sua função estiver regulamentada e ele tem, portanto, o reconhecimento, ele exerce o poder de polícia sem a necessidade de haver outra polícia. Já existem a Rodoviária, a Rodoviária Federal, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Estadual! É tanta polícia, quando a gente está fazendo um esforço de pensar numa unificação, quando a gente fala em sistema nacional de segurança.

Aqui a gente falou do DEPEN, Sr. Presidente. Uma grande contribuição que nós podemos dar aqui ao nosso relatório é essa reflexão — vou concluir, Sr. Presidente — sobre um sistema nacional de segurança. Mas não é possível pensar o sistema penitenciário fora desse contexto. No entanto, hoje sequer temos um sistema nacional penitenciário. Temos um departamento nacional que fala e não é obedecido, não lhe obedecem. Não há diálogo: cada Estado tem a sua forma de coletar dados, de fornecer informações assim ou assado. Então, se nós não tivermos um sistema, fica difícil até para se impor obediência às normas nacionais. Eu concluo com isso.

Hoje, na área da saúde, um Prefeito pode dizer: *“Eu não quero municipalizar, vou continuar com o sistema aqui”*. É direito dele, só que ele não vai receber recursos do Fundo. Ou então o Prefeito de uma região metropolitana — e eu fecho com isso — diz: *“Olha, deixa os meus doentes irem para aquela cidade lá onde há um hospital; não estou nem aí, não vou pagar mesmo, não quero saber”*. Só que hoje, pelo sistema, o Prefeito que tem o hospital de urgência e emergência, que faz a cirurgia de crânio, que têm neurocirurgias, e que gasta 10 milhões com cidadãos do Município “B”, ele tem o direito de receber desse Município “B”, porque este está recebendo grana, que tem que repassar para cuidar dos seus doentes. Ele não é obrigado a ter hospital, mas ele é obrigado a ser corresponsável.



Na área penitenciária, não há essa corresponsabilidade, não há um sistema. Então, é necessária essa profissionalização dos agentes. No meu Estado, é uma vergonha: quase 100% são temporários. No ano passado, 400 foram demitidos. Aí foram admitidas pessoas sem nenhuma experiência, nem formação — não têm carreira. Aí lá ficaram 6 meses e mais 6 meses. Agora aumentou para um ano. Talvez fiquem 2 anos, quem sabe? Só que, nesse processo agora, já houve um bando de rebelião com funcionários públicos feitos reféns.

Então, eu concluo. Daniel, nós temos que refletir. A tua função é ressocializadora. Agora, é claro, tu não tens que fazer papel nem de enfermeiro, nem de advogado, nem de psicólogo, nem de médico. Cada um tem uma função específica. Mas a função do agente também cumpre um papel importante na ressocialização, ainda que ela seja mais fortemente marcada pela especialidade na segurança do sistema. Mas esse é um debate a ser feito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputado.

Eu só queria avisar também aos Parlamentares que não deram presença no Plenário — inclusive eu —, que têm de dar presença.

Eu quero agradecer ao Deputado Edmilson Rodrigues, que conseguiu colocar as palavras que eu não tive capacidade de colocar. Não sou contra a “Polícia Penal”, mas eu quis dizer exatamente o que ele disse com as palavras dele. Por exemplo, a Receita Federal é polícia? Não, mas atua como polícia. É isso que eu estou querendo dizer. O que mais importa nesse contexto é a capacitação, a profissionalização do homem que mexe com isso. Ora, agora: “Não, quero ser primeiro polícia!”. Não, não é assim. Querem ver uma coisa? Se eu sou Governador e quiser saber, para resolver meu problema prisional, como faço para evitar a entrega de armas e drogas no presídio, eu vou procurar quem? Eu vou procurar vocês, que são os operadores. São vocês que detêm essas informações. E é isso que os Deputados estavam querendo aqui: que vocês apresentem, pelo dia a dia de vocês, essas propostas para nós aqui. Vocês é que sabem onde o calo aperta.

(Não identificado) - Inteligência carcerária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É. Inteligência carcerária, etc., etc.. Eu preciso desses dados.



Bom, eu vou passar a palavra à Deputada Carmen Zanotto. Eu acho que vou correndo lá. Vou deixar aqui o Vice-Presidente e volto. Claro, só vou lá dar presença e volto, porque são 3 mil reais que se perdem.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É. E botar o Capitão para cuidar.

Com a palavra a Deputada Carmen Zanotto.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Obrigada, nosso Presidente da CPI, Deputado Fraga. V.Exa. precisa ir lá, porque V.Exa. está trabalhando muito mais do que os 3 mil reais, senão vão pensar lá fora que V.Exa. não estava na Casa e não compareceu.

Eu quero cumprimentar o nosso Sub-Relator, cada um que fez aqui sua exposição, e os colegas Deputados. Eu vou tentar trazer um olhar de quem não é da área. Eu estou nesta CPI, mas sou enfermeira de formação e venho da gestão do SUS. Quando não encaramos as políticas públicas com a seriedade de que precisam — como saúde, educação e segurança pública —, temos o que temos hoje. Na prática, nós temos um conjunto de seres humanos amontoados num espaço físico, cujas condições os senhores, muito mais do que nós, sabem exatamente quais são.

Eu fiquei bastante não diria assustada, mas entristecida na primeira fala, quando foi dito que, assim como seres humanos, nós tínhamos lá porcos. Num primeiro momento, eu nem consegui entender que eram porcos mesmo, os porcos animais. Enfim, é o que temos no País por falta de uma política pública na Segurança Pública de uma maneira geral. Quando temos as fronteiras abertas, temos uma série de situações na sociedade, o reflexo disso vai estar dentro do presídio, porque nós vamos ter crimes e vamos ter as pessoas condenadas, que têm que pagar pelo crime que cometeram.

Então, nós precisamos buscar, e acho que esse é o papel desta CPI, as melhores formas que temos em relação àquilo que temos posto hoje, ou o que podemos melhorar. Como eu sou Sub-Relatora da parte do sistema prisional feminino, eu gostaria de saber dos senhores se foi falado sobre como está a questão das nossas agentes prisionais — por favor, se puderem repetir, porque eu tentei me



informar, mas eu não consegui saber. Nós temos aqui uma Mesa composta por homens, mas nós também temos agentes prisionais femininas atuando, e provavelmente a vida delas não deve ser muito diferente da dos senhores, ou talvez seja muito pior, dependendo do presídio em que elas atuam.

Nós temos um sistema que não nos permite dar condições de ressocializar e que não dá condições de trabalho. E por isso nós temos trabalhadores... Eu acho que, muito mais do que a denominação que temos — e digo isso como servidora pública —, precisamos saber quais são as condições de trabalho, quais são os instrumentos que nós temos para operar no nosso dia a dia. E aí eu queria elencar desde a segurança até os equipamentos de proteção, uniforme e alimentação adequada para quem está trabalhando. Eu não consigo ter bons trabalhadores, se eu não consigo dar as condições mínimas.

Se vocês tiverem dificuldades de falar aqui — e quero pedir às agentes prisionais que possam estar nos ouvindo —, que mandem para nós. Não precisam nem se identificar. Mas só vamos ter um relatório construtivo, propositivo, se realmente soubermos de quem está lá dentro 24 horas quais são as condições. Se nós ficarmos na superficialidade das coisas, nós não vamos conseguir avançar. Pode haver mais esta CPI, daqui a 2 ou 3 anos mais uma, e nós não resolveremos um problema crônico no País, que, para mim, vem da política pública de segurança.

Defendo, como gestora que fui do Sistema Único de Saúde, que tenhamos um sistema único, que tenhamos um cadastro único, que tenhamos uma conduta única e que as três esferas de Governo sejam responsáveis. Eu disse já na outra audiência que não dá para imaginar que um Governador não consiga uma área de terra para instalar um presídio, porque numa cidade não dá, em outra cidade não dá e na terceira também não dá.

Os presídios precisam ser construídos dentro das normas técnicas, e tem que haver princípios básicos de normas para se construir. A fachada não nos importa, exatamente como nosso colega Deputado colocou. Agora, a estrutura interna, que vai desde os serviços de apoio, de lavanderia, cozinha, área de lazer. Não adianta imaginarmos que uma cabeça que fica fechada, sem ter dignidade nem de tomar sol, que é fundamental para a saúde, vai produzir boas coisas. Amontoados de seres humanos não produzem — muito pelo contrário.



Nós temos, sim, que reinseri-los no mercado de trabalho, discutindo que tipo de mercado de trabalho. O que é? É encaixar grampinho de roupa? Depois, quando ele sair de lá, ele vai fazer o quê? E quem está lá? Como é que chegam em casa depois os que estão cuidando dessa população que está com a liberdade cerceada? Eu queria que vocês falassem um pouquinho sobre isso. Se vocês têm, das colegas agentes prisionais, algum relato, alguma demanda, que deixassem aqui para nós. Se não têm, que nos encaminhassem. Eu preciso desse material na condição de Sub-Relatora da nossa CPI.

E queria reforçar isso: muito mais importante do que a denominação que nós temos são as condições de trabalho que nós temos para desenvolver com qualidade as nossas atividades. E condições de trabalho estão relacionadas à estrutura física, materiais, equipamentos, remuneração e jornada de trabalho.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rocha) - Dando continuidade aos trabalhos, eu passo a palavra ao Deputado Capitão Augusto. V.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO - Sr. Presidente, senhores visitantes, eu não faço parte desta Comissão, embora até quisesse, mas já pertenço a outras oito Comissões aqui da Casa. Então, seria praticamente impossível estar presente fazendo parte efetivamente desta Comissão. Aproveito para justificar a minha ausência no início. Gostaria muito de ouvir a fala dos senhores, mas eu estava na Comissão que está tratando da Lei Orgânica das Polícias Militares, e até apresentando o relatório parcial do Major Olimpio e do Coronel Fraga. Por isso não pude estar presente aqui, ouvindo a explanação dos senhores.

Falando como Vice-Líder do PR e também como membro da CCJC, porque provavelmente o projeto vai passar por lá, aproveitando a ausência do Coronel Fraga aqui, eu vou declarar meu apoio total à Polícia Penal. (*Palmas.*) Eu acho que isso aí é uma necessidade; não apenas por uma questão classista, mas é uma necessidade mesmo, não apenas na questão da vigilância dos presídios, mas também das escoltas dos presos que são feitas. E é necessário realmente esse título de Polícia Penal.

E por que não dar um passo além no sentido de os senhores também já assumirem o que hoje a Polícia Militar faz, o que a onera demais por tirá-la das ruas,



que é a apresentação do preso em juízo? E já poderiam levar o pacote completo, já fazendo também as escoltas e a apresentação em juízo. E, para isso, obviamente seria necessária essa titulação da Polícia Penal, motivo pelo qual vocês têm o meu total apoio nesta Casa.

Porém, vou um pouco além, e talvez isso aqui não agrade muito aos senhores, em que pese ser possível trabalhar em conjunto, eu acho. Todo mundo sabe da questão da falência dos presídios e das superlotações, e é necessária obviamente a construção de novos presídios, e modernos presídios. Porém, não há recursos para isso. Então, não há alternativa senão a privatização, ou o que chegou ontem aqui na Casa, a Parceria Público Privada — PPP, à qual até a Câmara dos Deputados, o Congresso teve que se render e que aprovou ontem, porque senão é impossível melhorar as condições e instalações aqui da Casa, com a construção do Anexo V e com melhorias até para receber a população aqui.

Então, eu acho inevitável realmente essa terceirização na construção de presídios, mas eu acho que os senhores deveriam estar aproveitando esse momento, porque dá para trabalhar plenamente em conjunto. Uma coisa é a questão da terceirização, da construção dos presídios, o que vai baratear o custo para o Estado. Salvo engano, em algumas pesquisas que estive estudando, o pessoal estima que o custo de uma privatização, de uma terceirização dos presídios, seria metade do que é gasto hoje pelo Estado. E ainda assim essa terceirização daria lucro para o pessoal que construísse esses presídios. Mas não precisaria necessariamente delegar a função de vigilância, que caberia perfeitamente aos senhores.

Eu acredito que é uma saída inevitável a questão da privatização, até porque não há realmente recursos no Governo para a construção de novos presídios. Então, fica a sugestão aqui de, em vez de lutarem tanto contra a privatização do presídio, procurarem caminhar em conjunto, porque vai ser inevitável realmente. E há necessidade da construção desses novos presídios, e presídios modernos, presídios que realmente deem condições dignas para o preso.

Eu sou de Direita, linha dura, os meus projetos aqui são todos para o endurecimento da legislação penal, Lei de Execuções Penais, em que quero mexer, mas eu também sei que o preso já está pagando com o seu segundo maior



patrimônio — o nosso maior patrimônio é a vida, e o segundo maior patrimônio é a liberdade —, então, o custo que ele paga pelo crime é a sua liberdade, mas não necessariamente e não precisa e não deve tirar a sua dignidade.

Então, nos presídios... Eu, que sou da região, sou da cidade de Ourinhos, oeste paulista — o Daniel conhece lá, de Avaré, Presidente Prudente, que concentra a maior construção de presídios do Estado, uma quantidade enorme —, por 25 anos trabalhando na Polícia Militar, no policiamento efetivo, conheço muito bem essa realidade. E já adentrei diversas vezes os presídios para fazer as reintegrações. E sei que aquilo lá não é um lugar nem um pouco digno, que vá recuperar qualquer preso hoje no sistema carcerário.

Então, nós precisamos adotar — e espero que esta Comissão tenha a sabedoria de conduzir os trabalhos — inevitavelmente essas duas linhas que podem convergir lá na frente: a questão da Polícia Penal — meu coronel, permita-me discordar do senhor, que estava ausente, mas aproveito para falar — e a questão não só da necessidade da vigilância dos presídios, mas das escoltas dos presos que eles deveriam estar fazendo. E vou mais além: eles deveriam estar aproveitando e fazendo também a apresentação em juízo, que hoje o senhor sabe o quanto onera a Polícia Militar, retirando-a da sua função principal, que é o policiamento ostensivo e preventivo e repressão imediata. Então, poderia estar no pacote único, abrangendo todas essas funções.

E sobre a privatização dos presídios, eu não vejo outro caminho hoje para a construção de novos e modernos presídios. É apenas a minha breve contribuição. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Obrigado, Deputado. Eu volto a dizer e volto a insistir. Eu inclusive assinei a PEC 308, não assinei? Eu acho que vocês estão tentando me convencer do contrário. Aí, realmente, eu vou começar a lutar contra, mas, em momento algum, eu disse que sou contra. Eu disse que quem tem que cuidar de preso é um reeducador, é uma pessoa que vai reeducar. Polícia é para prender e botar lá dentro. Foi isso o que eu disse. Mas vocês já estão dizendo que eu sou contra ou a favor. Aí eu vou me posicionar. Então, não sou contra nem sou a favor. Agora, que o sistema precisa mudar, precisa. E se a solução



for a Polícia Penal, vamos para a Polícia Penal. Não vou ser contra nada aqui, até porque eu sou só um voto, e aqui são vários.

Bom, nós estamos encerrando porque tem sessão, mas há dois inscritos: o Major Rocha e a Deputada Erika Kokay. Vou deixar a Deputada Erika Kokay por último, não por ser mulher, mas porque sei que S.Exa. vai coroar este encontro aqui com a suas palavras, porque o Presidente do Sindicato de Brasília está presente, e é bom para gente... E V.Exa. fez um requerimento de diligência no sistema aqui. Mas com a palavra o Deputado...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Mas eles vão responder depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Vão, claro, vão responder! E vamos ver, ainda, o vídeo de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Sr. Presidente, eu vou ser breve. Queria aqui saudar os profissionais do sistema penitenciário, reconhecer a missão árdua que essa categoria enfrenta todo dia. Eu tive a oportunidade de, por várias vezes, me deslocar até o presídio, no Estado do Acre, que é o meu Estado, e ver as condições subumanas em que os profissionais trabalham. Em muitas situações, em muitos casos, o profissional é tratado pelo sistema até pior do que os internos.

Então, aqui eu queria manifestar a minha admiração pela categoria, que presta um serviço que não é reconhecido pelo Estado, infelizmente. Também quero manifestar — já disse isso em meu Estado — que sou favorável à criação da Polícia Penal, porque o crime hoje tomou conta dos presídios, infelizmente. (*Palmas.*) Mas não quero me alongar.

Acredito que um dos produtos desta CPI também vai ser uma forma de valorizar e de prestigiar os trabalhadores que enfrentam essa realidade dos presídios. Eu lembro que conheço alguns presídios aqui no Brasil. Conheço presídios no Ceará, conheço presídios na Bahia e no meu Estado. E não são diferentes. A realidade é a mesma.

Então aqui eu queria me colocar à disposição dos profissionais do sistema penitenciário. Eu acredito que esta CPI, além de propor um novo modelo, acho que esse é o grande desafio, deve trabalhar também com servidores, que é quem nos vai ajudar a alcançar esse objetivo.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Obrigado, Deputado Rocha. Então, vamos passar a palavra para a Deputada Erika Kokay, por 5 minutos, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu queria saudar a Mesa e o faço na figura do nosso representante aqui do Distrito Federal, o Leandro, e digo que esta é uma discussão muito importante, porque eu me lembro da fala de um profissional que estava em um presídio e ele dizia: *“Às vezes eu me sinto preso também. É como se eu também estivesse preso. A diferença, muitas vezes, é porque eu vou para casa. Mas eu me sinto preso.”* Então, as condições dentro do presídios, atingem todos os profissionais que estão lá dentro.

Quando você não tem uma política de trabalho, uma política de educação, quando você não tem qualquer tipo de política ali dentro do presídio ou uma atenção à saúde, é óbvio que isso cria um nível de tensão, e esse nível de tensão vai se refletir no próprio desenvolvimento ou na saúde dos profissionais que estão dentro do sistema penitenciário. E eu digo a saúde porque nós temos muitos problemas que estão relacionados ao desenvolvimento da atividade e que se expressam na própria saúde do profissional ou do agente penitenciário. Ele vai expressar a falência da organização do local de trabalho que ele vivencia.

E penso que todas essas falências de políticas públicas estão previstas inclusive na nossa legislação, todas essas falências são vistas, e o profissional que está lá dentro lida com elas todos os dias, todos os dias. Se você não tem políticas de escola, você encarcera, você fica na tranca, fica na tranca, fica na tranca, fica na tranca. E ficar na tranca significa aumentar o nível de tensão, aumentar o nível explosivo daquela própria categoria num sistema que cresce vertiginosamente, e o número de profissionais não cresce na mesma proporção.

Então, os profissionais estão sempre trabalhando com déficit quantitativo. Isso aumenta muito a tensão, porque você tem um número diminuto de profissionais, rompendo todas as convenções, todos os estudos que são feitos ou que foram feitos para o número de profissionais adequados. Então, são sempre em quantidade insuficiente, porque o sistema cresce, e ele cresce de uma forma... A expectativa que nós temos é a de, no ano 2020, nós termos 1 milhão de presos aqui no Brasil. As estatísticas extraoficiais já apontam que nós estamos no terceiro lugar em



número de presos de todo o mundo, o sistema carcerário. E nem por isso ele é menos violento. E a tendência é que cresça mais, porque ele recupera pouco, e ele recupera pouco porque não tem políticas, não é? Porque trabalha-se sempre... Uma cela, aqui em Brasília, que deveria ter 8 pessoas, tem 22 pessoas, tem 23 pessoas, pessoas dormindo com a cabeça na privada, pessoas que não têm qualquer tipo de atividade, onde não existe separação a partir da tipologia do delito. Então, você tem pessoas que cometeram determinados delitos menos graves, outras que cometeram delitos com gravidade grande.

Então, esse processo precisa ser revisto, e é preciso que nós possamos valorizar os profissionais. E valorizar os profissionais, penso, é regulamentar a profissão. Tem sentido uma profissão como essa, que está em todo lugar do Brasil, em todo lugar, e não ter regulamentação? E existem vários arranjos. Cada Estado vai fazendo os seus arranjos. Existem policiais que estão em desvio de função, em vários locais do Brasil, cumprindo a função do agente; existem policiais que são... Aqui em Brasília, até há pouco tempo, havia policiais ligados a policiais no sistema penitenciário.

É preciso regulamentar para dar dignidade. E é preciso escutar também, escutar, porque quem cuida, quem está lá dentro do sistema e quem lida diariamente com a falência, inclusive, do sistema penitenciário, esses profissionais muitas vezes não são escutados, não têm poder de contribuir, de construir as decisões.

Nós achamos que é preciso que esses profissionais que sabem exatamente o que acontece dentro do presídio possam opinar e possam ter poder de decisão, possam fazer parte da gestão. E eles são, via de regra, preteridos no processo e no desenvolvimento da própria gestão. É preciso que a gente construa esses instrumentos.

Eu tenho uma concepção semelhante à do Deputado Fraga, e eu em geral concordo muito pouco com ele, com as ideias que ele carrega e que fizeram inclusive com que ele fosse eleito, mas eu penso que quem cuida não pode ser quem prende. Quem prende prende. Quem prende prende! Você não pode trazer essa condição de preso, de prender aquele que está prendendo. Por que nós somos contra, dentre outros motivos, que tenhamos presos em delegacias, uma realidade



que ainda existe em vários locais do Brasil? Porque ali você está no Estado que prende e no Estado que cuida. É preciso que nós tenhamos uma visão diferente daqueles que cuidam, que possa ser pautado no processo de educação.

Então, encerro dizendo que defendo a regulamentação, mas eu tenho a convicção de que aqueles que prendem não podem ser aqueles que vão cuidar. E ainda tenho a convicção de que é preciso aumentar o poder de gestão, e temos que trabalhar isso na regulamentação. E, ao mesmo tempo, é preciso a valorização desses profissionais, é preciso fazer com que esses profissionais possam ter uma atenção à saúde, porque, quaisquer que sejam as condições, elas são sempre muito tensas, e isso vai se refletir na saúde.

Existe um grande número de doenças relacionadas ao trabalho, em função do nível inadequado do exercício da profissão, que tem que ser reconhecida por cada um e cada uma de nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputada.

Antes de passar o vídeo — já coloque o vídeo em condições —, eu deixo aqui a vocês, operadores do sistema prisional, algumas perguntas que não precisam me responder agora. Para mim, não precisam me responder agora. Eu preciso que vocês me mandem essas respostas, porque aí não é só o caso de São Paulo, é o caso de todo o Brasil.

Primeiro, pergunto as razões pelas quais vocês são contra a privatização. Segundo, quais são os maiores problemas. Eu sei que há superlotação, mas botem isso no papel. Qual a quantidade de revista que vocês fazem semanalmente? Existem essas revistas? Eu pergunto também se os agentes, ao se relacionarem diretamente com os presos, como foi colocado, se não há... Por que se promiscuem? Por que há essa promiscuidade? Por que existem tantas rebeliões? É verdadeira a afirmação que eu ouvi de um diretor uma vez de que *“presídio que não tem rebelião é presídio que tem droga, sexo e mulher?”* Foi o que eu ouvi.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - E cerveja também?

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Em São Paulo, chamavam de BBB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - BBB também. Então, seria importante vocês dizerem isso para nós. São vocês que têm que dizer isso para nós,



tá bom? Vamos ver esse vídeo. Vamos lá! *(Pausa.)* Continua sem som. *(Pausa.)* É, vamos ficar sem ver o vídeo mesmo, viu? Que está gravando, está.

Vamos deixar para lá o vídeo. Depois você manda para a gente.

Vamos ouvir aqui agora os nossos convidados. Eu vou começar com o Fernando Ferreira.

O SR. FERNANDO FERREIRA DE ANUNCIÇÃO - Obrigado, Deputado. Realmente está avançado o horário.

Deputado, sobre a pergunta do nosso companheiro Major Olimpio, existe o crime organizado no sistema penitenciário, de fato. Infelizmente nós temos que admitir. Ele atropela o Estado nas unidades penais. Tenho certeza disso. Eu vivenciei isso, vivencio isso desde 2000. Desde 2000 que se instalou o crime organizado dentro do nosso sistema penitenciário no Estado de Mato Grosso do Sul. Para lá foram transferidos alguns líderes conhecidos no nosso meio, o tal de Geleia. Ele foi para o nosso Estado e lá ele instalou, ele plantou a semente, como diz ele, como diziam, e ele prosperou.

(Não identificado) - O Geleia é o Geleião?

O SR. FERNANDO FERREIRA DE ANUNCIÇÃO - Exatamente. Ele foi para Mato Grosso do Sul e lá ele plantou a semente, e eu vivenciei. Na época, eu estava no fundo do pavilhão, fui ameaçado, tive que fugir com a minha família para o interior. Por quê? Bati de frente contra eles. Eu não acreditava, Deputado. Eu faço aqui um relato pessoal. Eu não acreditava que poderia se instalar aquilo que eles pregavam, que chegou para mim como uma informação: *“Olha, o crime organizado está aqui. Existe um partido, eles têm coleta, eles fazem rifa, eles ganham, eles pegaram a falha do Estado, e isso se fortaleceu.”* Eu disse: *“isso não existe! Brincadeira!”* E senti na pele isso, porque bati de frente com eles, senti na pele, tive que fugir para não ser assassinado. Então, existe. Podem ter certeza, existe.

Deputado, nosso Presidente, quanto à documentação que nós apresentaremos, pode ter certeza. A Federação representa 20 Estados. Nós temos documentação, nós temos material para passar para o senhor, sim. Nós fizemos aqui uma explanação muito rápida, até porque são 15 minutos. Nós sabemos que uma CPI... Como eu disse para o senhor, eu tenho condições de ficar meia hora falando do sistema penitenciário sem parar. E tenho condições, se for explanar o



que nós sabemos sobre o sistema penitenciário... Não somos donos da verdade, não, mas temos vivência. São 23 anos andando nesse Brasil afora. Eu entrei no presídio de Pedrinhas. Nós temos várias Pedrinhas pelo nosso Estado, pelo nosso País, falta só aflorar. Isso nós temos em todos. Então, nós temos esse material, Presidente, para passar, sim, para os senhores.

Quanto à Polícia Penal, quando nós falamos Polícia Penal, não é por ser polícia penal. É uma Polícia Penal, como disse o nosso Deputado, que laborou bastante conosco, com aquela limitação, dentro das nossas atribuições. Não é polícia por ser polícia. Então, vamos botar outro nome, sem problema nenhum, mas nos dê essas atribuições de que nós precisamos para exercer as nossas funções. Vamos botar outro nome, não tem problema. A nomenclatura, para nós, como disse a Deputada, é o de menos. A nomenclatura para nós é o de menos. Nós queremos ser regulamentados, padronizados e constitucionalizados. É inadmissível o sistema penitenciário, o setor penitenciário vir para uma luta dessa, uma luta centenária que nós estamos travando...

Para o senhor ter uma ideia, eu tenho, acho que quase todos os Deputados aqui... Como o nosso Presidente disse, ele assinou, sim, a PEC 308. Assinou, sim! E a PEC 308, nós entendemos hoje, ela é de 2004! Em 2004 se discutiu o ciclo completo da segurança pública. Em 2004, tinha várias situações que nós botamos no texto da PEC que nós tínhamos que rever. Nós sabemos que temos que rever, sim, o texto da PEC, finalmente. Nós sabemos que precisamos fazer uma emenda aglutinativa ali, mas o poder de polícia que nós queremos é exclusivo para o sistema penitenciário. Viu, Deputado? Não é poder de polícia por ter poder de polícia.

E a documentação e o vídeo mais completo, com mais dados, não daria para passar em 15 minutos de forma alguma. O que nós temos é uma gama de material, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu preciso disso.

O SR. FERNANDO FERREIRA DE ANUNCIÇÃO - Nós traremos isso para a CPI. Peço à CPI, tenho certeza de que irá usar esse material para fazer o seu relatório final, e eu tenho muita convicção que ela será, sim, produtiva.

E quanto à nossa situação, que a gente... Muitas vezes o servidor chega aqui e fica inibido de dar alguns relatos. Eu não tenho problema nenhum com o debate.



Eu não tenho problema nenhum de chegar e dizer: “*Lá no Estado tal, o agente penitenciário tal cometeu isso e isso.*” Não tenho problema nenhum, não tenho problema nenhum! E eu também não tenho problema nenhum de ir lá, agora, em São Paulo, Daniel, e denunciar, no Ministério Público, a situação desse *scanner* que não quer funcionar, desse dinheiro público que está jogado fora lá. Eu irei, a federação irá, ela tem documento para isso. Ela tem legalidade para isso, para denunciar, no Ministério Público, porque esse *scanner* tem que funcionar. Se não funcionar, quem está deixando? Quem está levando dinheiro para isso, para não funcionar? Se é PCC ou se não é, não me interessa. Eu já corri uma vez deles, corro novamente, mas falo, está certo, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito bem, Fernando. Muito obrigado.

Eu vou conceder... Acho que 3 minutos é um tempo razoável para dar uma resposta, para não ficarmos aqui olhando para o convidado, pedindo para ele encerrar.

O próximo será o João Alfredo, que tem 3 minutos para a sua resposta.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO ALFREDO DE OLIVEIRA - Mais uma vez, bom dia a todos. Eu peço um pouco de desculpa pelo nervosismo inicial. Não estamos acostumados com isso, mas temos muita coisa para apresentar em relação ao sistema penitenciário. Só não tivemos tempo hábil para isso. Eu estava com uma lista até um pouco extensa, e, quando chegou na metade, estouraram os 15 minutos.

Eu queria agradecer ao Major Olimpio por todas as vezes que ele encampou a luta conosco, lá no Estado de São Paulo, e queria reforçar a sua pertinente pergunta, Major. O crime organizado está, sim, dentro das penitenciárias. O senhor mesmo é bastante testemunha disso, quando, em 2006, houve os ataques, que tivemos lá vários policiais civis, policiais militares e 16 agentes penitenciários executados dentro de três dias. E, após os ataques, o crime não se furtou, ele começou a atacar no varejo, prática essa que está ocorrendo até hoje. É difícil um mês em que não temos que velar um agente penitenciário.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Mudou. Em 2006, foi condensado em 3 dias, mas não parou.



Isso é muito importante, Sr. Presidente, esse relato dele, o registro. Mudou o perfil da forma do crime organizado agir contra servidores da polícia.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. JOÃO ALFREDO DE OLIVEIRA - Sim, para vocês terem ideia, de março de 2014 a março de 2015, tivemos 11 companheiros assassinados. O último foi em Franco da Rocha. O companheiro foi fechado por uma motocicleta, chegou mais um carro e foi alvejado.

O agente penitenciário não quer ser polícia por ser polícia. Foi citado, aqui, que a gente só falou em polícia, polícia, polícia. Os dirigentes sindicais estão aqui trazendo um clamor da categoria. Hoje, nós temos que lavar nosso uniforme no banheiro e secar escondido dentro de casa pra que o próprio vizinho não saiba o que a gente faz. Nós estamos batendo de frente com o Marcola, com o Champinha, com o maníaco do parque, e tantos outros. E, depois, a gente volta pra casa e não consegue nem dar a devida defesa para os familiares, para os parentes nossos. Então, isso é uma coisa bastante alarmante.

A Deputada havia feito uma pergunta — e ela saiu — em relação às mulheres no sistema prisional. As mulheres no sistema prisional, a situação delas, das funcionárias, é um pouco mais complexa do que a situação dos homens ainda. Como eu citei na minha explanação, hoje são inúmeros visitantes que vão pra dentro do cárcere e são poucas agentes. Em uma unidade, pra vocês terem uma ideia, com 2 mil presos, são facultadas só 15 mulheres pra trabalhar. Ou seja, 15 mulheres pra dividir todos os setores: telefonista, burocrático e segurança. Então, acaba sobrando aquele número ínfimo de três, quatro servidoras pra revistar 500 a 600 mulheres em um dia de visita. Então, isso é totalmente desumano, totalmente aviltante.

Só concluindo, eu gostaria de me congratular com o Deputado Silas. A fala dele foi muito pertinente, muito inteligente. Hoje, o crime organizado está mesmo dentro do cárcere. O crime organizado tomou conta das cadeias. Pra detentos do naipe do Marcola e de tantos outros, é mais negócio ele estar enclausurado do que estar na rua. Se ele está na rua, ele tem que fugir da polícia, fugir dos seus pares e fugir de ene situações. No cárcere, não. Ele comanda sem nenhum...

Obrigado, desculpe-me.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado. Eu vou deixar você por último pra dar tempo de a Deputada chegar. Pode ser?

O SR. ANTÔNIO PEREIRA RAMOS - Quando se fala de polícia penal, não se pode esquecer que a gente fala da polícia penal em termos de segurança dentro dos presídios, quem vai cuidar da segurança pública, e não as pessoas que vão cuidar da área meio. Existem várias situações dentro do sistema prisional que se pode realmente privatizar e ter outro sistema lá dentro, que já é privatizado hoje: psicólogos, médicos, dentistas.

Então, ficando claro, é assim: no sistema prisional existe a parte da segurança pública, e nessa parte de segurança pública pode muito bem ser criada uma polícia penitenciária.

É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado. Pode ser ...

O SR. RODRIGO FONTOURA DA SILVA - Sr. Presidente, eu disse muito aqui que nós trouxemos poucas informações, não é? A Deputada Erika foi bem feliz ao dizer que é necessário ouvir. Muitas vezes nós falamos, sim, até no silêncio, porque os Governadores não têm a coragem de assumir que o crime organizado está lá instaurado. Quem somos nós, meros mortais lá no fundo da cadeia, pra abrir nossa boca e falar alguma coisa?

É uma colaboração que eu quero deixar aqui.

Eu queria convidar a CPI pra colocar no itinerário de visita o sistema prisional do Paraná. É um sistema sobre o qual pouco tem se falado, mas que está um caos total, a ponto de os agentes penitenciários terem medo de dar, como a gente fala, uma geral em um determinado preso, porque ele está cercado de facionados, e ali ele está sem nenhum apoio tanto material, como pessoal, etc. Então, quero convidar a CPI pra fazer uma visita ao Paraná, em específico à PEP I e à PEP II, fica registrado.

Nós tivemos um caso muito grave agora no Paraná, onde o criminoso, pasmem os senhores, adentrou a unidade prisional e assassinou o trabalhador lá dentro. Ele saiu de fora da unidade — e não foi o preso lá de dentro —, uma gangue entrou no presídio e assassinou o trabalhador. O plano era executar uma equipe inteira. O agente penitenciário não estava armado, e lá nós não temos o porte de



arma pra trabalhar dentro do presídio, fica a cargo da Polícia Militar. Nesse presídio não havia ninguém. O agente penitenciário estava lá no alojamento e foi executado.

Nós, ontem, começamos uma campanha em homenagem a esse agente penitenciário, que é o Marcelo Pinheiro, que foi executado covardemente pelo criminoso que agora não está mais só dentro do presídio. Eles estão entrando no presídio pra cometer seus crimes. Olhem só, e nós fizemos isso.

Então, queria que a CPI colocasse no itinerário... Está tudo bem? Procurem-nos lá, que nós teremos o prazer de acompanhá-los nos piores presídios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Obrigado.

Eu queria até tomar a liberdade de dizer aos senhores que, quando nós formos visitar os Estados, nós vamos querer a presença dos senhores, dos dirigentes sindicais. Isso é muito importante pra nós. *(Palmas.)*

Eu tenho resistido aqui, tenho dito para os Deputados que não adianta a gente ir lá visitar sem saber o que está acontecendo.

O SR. RODRIGO FONTOURA DA SILVA - E sem falar com o gestor, por exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Exatamente, porque eles não vão chegar e dizer pra nós o que está acontecendo. É por isso que a gente está atrasando.

Eu fiz um pedido de informações à Polícia Federal e à ABIN e estou aguardando chegar esse mapeamento de todo o País, mas é importante ouvir os senhores pra que a gente possa chegar lá a Pedrinhas e saber o que está acontecendo, e não chegar para o gestor, porque eu acho que quem tem que ser responsabilizado no sistema prisional brasileiro são os gestores. Isso tem que ser cobrado deles, porque hoje o negócio está complicado demais.

Bem, agora, com a palavra, o Leandro, por 3 minutos.

O SR. LEANDRO ALLAN VIEIRA - Eu vou responder algumas perguntas. Eu quero convidar a CPI e o nobre Deputado Paulo Teixeira, que cuida do relatório da privatização, para, aproveitando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É o Deputado Fausto Pinato.



O SR. LEANDRO ALLAN VIEIRA - Deputado Fausto Pinato. Eu quero convidar o nobre Deputado e toda a Comissão de Inquérito Parlamentar pra conhecer a cadeia dos Estados Unidos, que está dando certo, está dando certo.

Por quê? Porque, se a formos conhecê-la e debatermos essa questão com seriedade, eu tenho certeza de que nós vamos trazer para o nosso País ideias inovadoras, porque a privatização vai de encontro a toda a política que está sendo aplicada hoje no mundo. Países que terceirizam o sistema prisional estão acabando com a terceirização em virtude do caos criado dentro das unidades prisionais.

Eu percebi alguns nobres Parlamentares aqui abrindo até mão disso, dizendo: *“Poxa, eu sou a favor da criação da Polícia Penal, mas sou a favor de que se terceirize”*. Olhe, no Distrito Federal, nós seguimos uma linha em que nós não abrimos mão de uma regulamentação das nossas atribuições para sermos chamados de policiais, para que seja terceirizado o sistema penitenciário. Nós não abrimos mão disso. Nós pedimos que esta Comissão busque a regulamentação da carreira de agente penitenciário, porque não é o nome que vai valorizar uma carreira, e, sim, as suas atribuições.

Então, eu peço já a esta Comissão de Inquérito que nos ajude a, inclusive, retirar a regulamentação que já está formatada no Ministério da Justiça e a aprimorá-la para trazer uma regulamentação para esta categoria. Não é o nome que vai trazer uma valorização para os agentes penitenciários do Brasil.

O Deputado Laudívio Carvalho falou de Minas Gerais, que está um caos. E lá em Minas Gerais tem uma PPP, mas agora teve uma decisão judicial em que se pediu a extinção dessa PPP no sistema penitenciário de Minas Gerais, por não estar dando certo.

A nobre Deputada que aqui está perguntou sobre a mulher no sistema penitenciário. Não existem políticas públicas, projetos voltados à garantia de direitos da mulher, da grávida. No sistema prisional, a grávida trabalha igual à outra colega que não está grávida. É um absurdo. Ela faz os mesmos serviços que um homem faz. No presídio feminino de Brasília, nós temos servidoras grávidas tendo inclusive que respirar fumaça de cigarro das internas que fumam em uma ala. E a direção, infelizmente, não chega a proibir o uso do cigarro.



Há várias outras coisas, mas o tempo acabou, Deputado. Eu passo a informação para o seu *e-mail*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Leandro. Agora, tem a palavra o Daniel.

O SR. DANIEL AGUIAR GRANDOLFO - Bem, quero agradecer aqui, é um privilégio estarmos aqui nesta CPI.

Sabe, às vezes, parece que está difícil mudar o sistema penitenciário, mas não está não. A gente consegue, é possível. E aqui é o primeiro passo que eu vejo pra gente conseguir essa mudança do sistema penitenciário. É o primeiro passo.

Precisamos de unidades penitenciárias que de uma maneira impeçam o preso de fazer rebelião. Não é possível que nós não consigamos desenvolver um sistema penitenciário que impeça o preso de fazer rebelião e fazer com que o preso realmente cumpra a pena com dignidade.

É disto que nós precisamos: que o preso tenha um local, como a nobre Deputada citou, pra ter lazer, que tenha curso de formação, para capacitar esses presos, como um curso de pedreiro. Então, nós temos que desenvolver estruturas de unidades prisionais que possibilitem essa capacitação.

O Relator da CPI citou um ponto muito importante. Ele falou assim: "*Temos, sim, que automatizar as unidades e precisamos entender como funciona a estrutura da unidade prisional e o papel do agente penitenciário*". Por quê? Pra que a gente possa saber o que pode ser terceirizado e o que não pode ser terceirizado. É isso que nós precisamos entender.

O papel do agente penitenciário, eu quero dizer, é de segurança. Como ele vai apreender armas ou drogas, escoltar o preso, trazer o preso, ficar na muralha, manter a vigilância da unidade prisional, entrar quando um preso está sendo assassinado lá dentro, fazer qualquer tipo de apreensão, manter a disciplina da unidade prisional?

Isso jamais poderá ser terceirizado. Esse serviço é fundamental, esse serviço é da segurança nacional, a segurança do País, envolve a segurança da Nação. Se isso não funcionar, nós estamos mortos! Os presos vão fugir! Há 220 mil presos no Estado de São Paulo. Será o caos total se o Estado não cuidar disso aí.



E este é um papel que deve ser feito por uma polícia: investigar o crime que tem no seu quartel-general, lá dentro dos presídios. Esse papel é exclusivo do policial penal. Esta é a função da Polícia Penal: cuidar do crime dentro das unidades, fazer todo esse traslado, tudo que envolva isso.

Trata-se da segurança nacional, da segurança da unidade. Isso jamais poderá ser terceirizado! A nossa segurança, a de cidadãos, jamais poderá ser terceirizada. Nós não podemos admitir que isso seja terceirizado, porque aí seria o caos total do Estado. E já está comprovado que isso não funciona!

O DEPEN — Departamento Penitenciário Nacional tem que funcionar ativamente, gente! É um problema sério a questão do DEPEN. Nós não temos um DEPEN que mande em âmbito nacional! O DEPEN não faz nada, ele fica contando historinhas! Ele não palpita em nada no Estado de São Paulo. Cadê o DEPEN no Estado de São Paulo? O que o DEPEN tem feito por São Paulo? Ele manda umas viaturinhas lá de presente. É o que manda! Cadê a atuação do Departamento Penitenciário?

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Quanto ao trabalho de correição pelo DEPEN, vocês têm isso aí no...

O SR. DANIEL AGUIAR GRANDOLFO - Não, nunca ouvi falar nisso aí!

Então, desculpem-me, mas, em São Paulo, nós nunca nem ouvimos falar de DEPEN, gente! O Departamento Penitenciário Nacional precisa ser um órgão nacional atuante pra que possa corrigir muitas irregularidades que nós temos dentro dos Estados. Podemos, sim, fazer um sistema penitenciário que seja econômico, mais barato, com muitas coisas terceirizadas.

Uma coisa que eu acho absurda, Sr. Presidente, é a gente ver, por exemplo, um agente penitenciário num portão, que custa 3 mil reais, sendo que pode ser automatizado. Um cara lá de cima que aciona o portão, ele pode cuidar de dez portões. E nós utilizamos um agente penitenciário que custa 3 mil reais por mês!

Não é possível que a gente não saiba desenvolver um sistema mais econômico pra Nação, porque quem paga isso aí somos nós. E aí tem que colocar um agente penitenciário. Tem 50 portões dentro do presídio, tem que colocar 50 agentes penitenciários nos portões. Um ou dois operadores, se o sistema fosse automatizado, poderiam tocar tudo isso aí. Olhe a economia que isso seria.



Temos, sim, maneiras de desenvolver um sistema econômico, prático, que garanta a segurança. E o papel do agente penitenciário ser exclusivo de segurança e de vigilância, mantendo, então, a sociedade segura, mantendo a dignidade dentro do trabalho.

Hoje, e o Deputado questionou isso, não é digno nem o local de trabalho para o agente penitenciário nem para o preso, é altamente insalubre. Ninguém aguenta ficar no local. Às vezes você vê um agente trabalhando lá num portãozinho, muitas vezes, é um horror aquilo lá! O cara passa 12 horas trancafiado num portão ali em uma situação precária de trabalho. Então, temos como melhorar, sim. É fácil, e nós podemos fazer isso. A Câmara, Deputado, pode fazer isso de maneira fácil. Tem como, sim, melhorar, e não é difícil. É muito simples e rápido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Daniel.

Bom, pra encerrar esse nosso ciclo de convidados, passo a palavra ao Sr. Gilson Pimentel, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Penitenciário Paulista, por 3 minutos.

O SR. GILSON PIMENTEL BARRETO - Eu vou me ater a responder ao que o Major perguntou com referência a São Paulo.

O crime organizado existe em São Paulo, está instalado dentro dos presídios. Nós, enquanto entidades representativas de servidores, denunciemos isso ao Governo, mas quem tem poder não são os servidores, são os governos, o Executivo.

E, se existem acordos para parecer que a situação está na normalidade, porque isso vai manter essas pessoas no poder, no Governo, esses acordos são feitos pelos gestores, na figura do Secretário ou do Governador.

A aparente tranquilidade do sistema prisional, em 2013 e 2014, foi rompida no Estado de São Paulo, porque se ameaçou transferir lá um líder para um presídio federal. Vários policiais militares foram mortos, agentes penitenciários e policiais civis. Se nós formos ficar aqui fazendo de conta que não existe o crime organizado...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Isso não foi no segundo semestre de 2012?

O SR. GILSON PIMENTEL BARRETO - Foi, sim, em 2012.



O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Em 2012, não é? No segundo semestre, quando nós tivemos uma nova onda?

O SR. GILSON PIMENTEL BARRETO - Isso. Tivemos vários policiais militares ali assassinados, emboscadas, servidores penitenciários sendo mortos.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - É só pra gente precisar pra CPI, Sr. Presidente, a época dos fatos, pois tem muita relevância o que ele está dizendo em relação à orquestração e à premeditação da execução de agentes públicos.

O SR. GILSON PIMENTEL BARRETO - A outra questão que o Major falou é a de liberar a escuta pra nós irmos atacar o crime lá. Pode até ter funcionado, só que o gestor também ficava sabendo quem ia ser o alvo e não avisava. Na última hora, o Governo fica pagando pra ver se vai acontecer.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Em 2006, quando houve os ataques do PCC — aí estão os representantes —, vocês foram avisados no sistema prisional da eminência de ações agressivas contra servidores, naquele momento em que mataram 16? Os policiais militares — e eu estava na ativa na polícia — não foram avisados.

O SR. GILSON PIMENTEL BARRETO - Em momento nenhum.

O Governo, o Poder Executivo, junto com os Secretários, adota o princípio de que o servidor, tanto o agente penitenciário quanto o policial militar, não tem que saber de nada pra não criar o caos, o pânico, tudo isso que meus colegas já relataram aqui. Ou seja, você vai lá de isca, porque é o seu trabalho. Então, nós não vamos nem alertar que a sua vida está correndo risco.

Essa é uma realidade que existe no Estado de São Paulo. Não é mentira, não é lenda, não é fato. O crime organizado manda não só no Estado de São Paulo hoje, mas em todo o País.

O DEPEN é um sistema penitenciário nacional pra cuidar de presos federais, que possui verdadeiros presídios de luxo, com uma infraestrutura que deveria se estender para os Estados. O aparelhamento, o armamento, tudo que tem no DEPEN deveria ser estendido aos Estados, porque isso daria mais condições tanto para o servidor quanto para o preso.



Agora, se numa cela em que era pra ter 5 presos e tem 30 deles, e, ainda, era pra ter o número de 300 servidores e tem 160, é humanamente impossível você falar que não vai entrar celular, não vai entrar droga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Só com um milagre.!

O SR. GILSON PIMENTEL BARRETO - Se tudo isso acontece, acontece com conviência do poder público, com o Executivo e seus Secretários responsáveis por isso.

No DEPEN, nós tivemos a informação de um presídio em Porto Alegre, que era, infelizmente, até administrado por um policial militar, que, numa escuta que o DEPEN fez, ficou sabendo que lá tinha mais de 50 celulares. Então, isso independe até de quem estiver administrando o presídio, porque, se tudo estiver numa aparente normalidade, isso para o Governo é bom perante a sociedade, porque o Governo se mantém por voto.

A Deputada perguntou da situação das ASPs no nosso meio. No Estado de São Paulo, é crítico. O meu colega João Alfredo já falou — e a Deputada não estava —, mas é um número de 15 funcionárias que trabalham por presídio. Nos presídios masculinos, essas funcionárias só trabalham aos fins de semana, mais com a revista. Tem em média 500 a 600 revistas, mas são quatro ou cinco funcionárias pra fazer essa revista.

Nos presídios femininos, em São Paulo, a situação é pior, porque as funcionárias são agredidas constantemente, até pelo porte físico das presidiárias. E, muitas das vezes as funcionárias são menores, mais franzinas.

E a agressão contra a ASP feminina em São Paulo é prática costumeira. Em Santana, do lado da administração penitenciária, da Secretaria, a funcionária que não apanhar na cara lá não foi batizada. Nós, entidades sindicais, levamos isso para a administração. E a resposta?

Aí, hoje aqui nós temos a oportunidade de falar isso pra vocês. Eu não sei o que vocês queriam ouvir de nós, mas, se tivessem mandando um rol de questionamentos, a gente teria vindo mais preparado. Mas a gente está aqui falando a nossa realidade, porque não temos muita gente com quem falar.

Então, esta CPI tem poder de investigação. Ela tem poder de, como o Presidente falou, convidar as entidades, porque, se for lá falar com o administrador,



ele vai mandar pintar, fazer reforma, lavar e pronto. É isso que ele vai falar que é o sistema, e apresenta números internacionais aí para a ONU, para a UNESCO, que é o que interessa.

(Não identificado) - *(Ininteligível)* no Paraná, não é?

O SR. GILSON PIMENTEL BARRETO - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito bem, Gilson. Eu agradeço.

Bom, senhores, eu acho que hoje, quando a gente fala aqui que houve certa frustração, é porque são vocês que sentem na pele e na carne o que se passa no dia a dia do sistema prisional. E a gente esperava realmente que vocês... Mas isso já foi uma boa amostra do que vocês passam e da realidade. Mas vocês podem continuar ajudando, sim.

(Não identificado) - *(Ininteligível)* mandar por *e-mail*?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Vocês poderão mandar isso por *e-mail*, como chegou pra mim. Eu já recebi várias cartas, uma delas de um agente penitenciário que diz: "*Olhe, depois que proibiram a revista Íntima, o número de celulares aumentou, o número de drogas aumentou. Foi um inferno!*" Ele coloca isso com o fim da revista Íntima, que todos nós sabemos que é constrangedora. Agora, o que é 1 milhão de reais para um Governo Estadual? Não é nada! Não é nada!

Então, a gente agradece.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Sr. Presidente, a título de sugestão a V.Exa., nós poderíamos renovar o convite aos representantes sindicais, e quando formos promover inspeção ou audiência nos Estados...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eles vão nos acompanhar.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Que eles pudessem, na medida do possível, se não puder estar presente o Presidente, estar presentes, ou alguém da entidade, porque o que foi colocado agora pelo Gilson é mais do que fato. É como no quartel: fala que vai ter inspeção, quem se mexe faz sentido, quem não se mexe pinta o pé de branco. As arvorezinhas estão todas pintadas, o comandante chega lá e diz: "*Isso aqui está um brinco!*"

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Está um brinco.



O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Então, nós já fizemos requerimento de visitação a penitenciárias no Estado de São Paulo, como, por exemplo, a de Presidente Venceslau. Eu acho tem um requerimento sobre o CDP de Pinheiros, por conta da superlotação.

Então, na medida do possível, nós temos um Presidente de âmbito nacional que pode acionar os 20 Estados onde tem atuação, ou ele mesmo se fazer presente, pra que possa ser nosso grilo falante ali, pra que a gente possa verificar as situações *in loco*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito bem.

Bom, dito isso, vocês entenderam que o que nós queremos é uma parceria com vocês pra que a gente possa valorizar a categoria, fazer com que o sistema funcione.

Agora, foi pedido aqui nas entrelinhas por vários Deputados: não me venham com barreiras — *“olhe, nós somos totalmente contra, não aceitamos discutir”* —, porque esta Comissão vai apresentar, sim, um modelo que funcione. É disso que nós vamos em busca. Os Deputados vão viajar, vão pra algum país que tenha um modelo que funcione. Na semana que vem, nós vamos trazer aqui os exemplos de terceirização que já existem no País e que têm resultados, pra gente ver se são verdadeiros ou não. Mas nós temos que ouvir. Nós temos aí cinco Estados. O Paraná tem também.

O SR. RODRIGO FONTOURA DA SILVA - Não. O Paraná não tem, o Estado não. O Estado é um...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não? Tem não? São cinco Estados que possuem, e não sei se o Paraná tem. São cinco Estados que já têm o serviço de terceirização não na atividade-fim, mas na atividade-meio.

Bom, então, nós queremos e precisamos da ajuda de vocês.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária, a realizar-se na terça-feira, em plenário, em horário a ser firmado oportunamente. Nós vamos, então, ouvir o pessoal da terceirização e discutir já as diligências para as próximas viagens.

Está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado. (*Palmas.*)